

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-3-2023.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cris Medeiros, Elaine Kovalski, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 037/21 (Processo nº 0137/21), de autoria de Alexandre Bobadra; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 397 e 453/22 (Processos nos 0814 e 0922/22, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/23 (Processo nº 0041/23), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/23 (Processo nº 0046/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 066/23 (Processo nº 0136/23), de autoria de Ramiro Rosário; e o pedido de retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo 037/21 (Processo nº 0137/21), de autoria de Alexandre Bobadra. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 0590 e 0600/23, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/23 e o Projeto de Lei do Executivo nº 007/23 (Processos nºs 0138 e 0145/23, respectivamente). Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Ana Valesca Bastos Hoerlle, presidente da Federação de Remo do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da prática de Remo no Estado do Rio Grande do Sul. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, José Freitas, Mônica Leal, Mari Pimentel, Cláudia Araújo e João Bosco Vaz manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta e três minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia seis ao dia oito de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Cris Medeiros, informando-a que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Jonas Reis, Líder da Bancada do PT, informando o impedimento dos suplentes Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenez, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Valmir Ferreira Martins, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Moura Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Ávila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lidionei da Rosa Santos, Júlio Cesar Riemenschneider de

Quadros, Manoel Rocha da Rosa, Ana Paula Meira da Rocha, Ottmar Teske, Mirgon Helmuth Kayser Jr., Palmira Marques da Fontoura, Hosana Maria Fonseca Piccardi, Maria Luiza Rodrigues Viana, José Pedro Silva da Luz, Sady Jacques, Vera Beatriz Soares, Alberto dos Santos Fagundes, Everton Bornholdt Falcão, Rafael Brum Ferretti, Wagner de Souza Fagundes, Carla Ribeiro, Jairo Menegaz, Nelton Vantuir Schmidt, Lígia Aracy Délia e Marco Aurélio Santana Arruee em assumirem a vereança entre os dias seis e oito de março do corrente. Foi aprovado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia seis ao dia oito de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Elaine Kovalski, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, informando-a que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. A seguir, Elaine Kovalski pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cris Medeiros. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Biga Pereira e Cassiá Carpes. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Ramiro Rosário, solicitando a alteração da ordem de apreciação de matéria constante na Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Giovani Culau e Coletivo e Jessé Sangalli. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, esteve o Requerimento nº 036/23 (Processo nº 0134/23), o qual foi encaminhado à votação por Mônica Leal, Tiago Albrecht, Alexandre Bobadra, Pedro Ruas, Jessé Sangalli, Engº Comassetto e Moisés Maluco do Bem. Às dezesseis horas e vinte e oito minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, a votação iniciada foi declarada nula, e a Ordem do Dia foi encerrada. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Claudio Janta, este em tempo cedido por Cassiá Carpes, Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto, este em tempo cedido por Biga Pereira, Cris Medeiros, esta em tempo cedido por Márcio Bins Ely, Ramiro Rosário e Elaine Kovalski, esta em tempo cedido por Roberto Robaina. Foi apregoadado o Processo SEI nº 017.00019/2023-44, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Comandante Nádia, entre os dias cinco e dez de março do corrente, na Expodireto Cotrijal - Feira de Agronegócio Internacional, em Não-Me-Toque (RS). Foi apregoadado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/23, de autoria de Márcio Bins Ely (Processo nº 0031/23). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Márcio Bins Ely, Claudio Janta e Jessé Sangalli. Em PAUTA, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nos 105, 107, 112 e 309/22, e 062 e 063/23; e, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nos 022/22, 002 e 005/23; os Projetos de Lei do Executivo nos 002 e 004/23; os Projetos de Lei do Legislativo nos 074, 373, 449/22, e 023, 024, 047/23; e os Projetos de Resolução nos 070/22 e 005/23. Às dezessete horas e treze minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Moisés Maluco do Bem, Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a

assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde.
Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da entidade Federação de Remo do Rio Grande do Sul – Remosul, que tratará de assunto relativo ao remo no Rio Grande do Sul.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Sra. Ana Valesca Bastos Hoerlle, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. ANA VALESCA BASTOS HOERLLE: Boa tarde, senhores e senhoras. Eu vim aqui para representar a comunidade do remo gaúcho, a Federação de Remo do Rio Grande do Sul, da qual sou presidente. Gostaria de apresentar um pouquinho da história do remo no nosso Estado que é muito forte, muito antiga. O remo, no Rio Grande do Sul, veio com alguns imigrantes, e eu quero apresentar um pouquinho para vocês.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. ANA VALESCA BASTOS HOERLLE: Eu coloquei um breve currículo simplesmente para ilustrar que eu sou formada em educação física, tenho algumas pós-graduações, e a minha história no remo começa quando eu ainda estava na faculdade, em 1994, quando eu cursei a cadeira de remo e me apaixonei pelo remo.

A Federação de Remo do Rio Grande do Sul é a federação mais antiga do País – não só do Rio Grande do Sul, do País –, ela foi fundada em 1894, em 17 de fevereiro mais exatamente. Este ano, ela completou 129 anos de federação esportiva, e, dentro da federação, nós fizemos o desenvolvimento do esporte, remo, com regatas estaduais, regatas nacionais e cumprimos um calendário todo o ano.

O remo gaúcho é considerado um esporte bem tradicional, sendo desenvolvido, inicialmente, na cidade de Rio Grande, onde foi a primeira regata do nosso Estado, e essa regata se chamou Regata Imperial, porque Dom Pedro II veio ao Rio Grande do Sul, mais precisamente a Rio Grande, para participar dessa regata. É um fato assim que eu acho que poucos sabem disso. Hoje em dia, esse clube não existe mais como clube de remo. Muitos dos clubes perderam visibilidade, mas nós ainda hoje temos alguns clubes, tanto em Porto Alegre quanto no interior gaúcho, que desenvolvem o remo.

O primeiro clube aqui da capital se chamava Ruder, que é remo, Guaíba Porto Alegre, Ruder-Verein, que, hoje em dia, se chama GPA, que é o clube que foi fundado em 1888 aqui na capital. Ele é de uma fusão de um clube de Guaíba com um clube de Porto Alegre.

Depois vieram outros clubes que hoje fazem história aqui no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre também, que é o Grêmio Náutico União e o Grêmio Porto-Alegrense também tem um departamento de remo, o Clube de Regatas Vasco da Gama, o Clube de Regatas Almirante Tamandaré, que hoje não tem mais remo, mas ele continua tendo uma parte náutica, o Clube de Regatas Almirante Barroso; hoje nós temos 11 filiados em nosso Estado todo.

Tivemos vários clubes em São Lourenço, em Rio Grande, em Pelotas, em Cachoeira, em Uruguaiana inclusive, em Caxias do Sul, que foram fundadas pelas suas colonizações alemã, portuguesa e germânica, que hoje não tem mais remo, mas nós temos 11 que funcionam ainda; um clube em Eldorado do Sul, um Clube em Cachoeira do Sul, 6 clubes em Porto Alegre, um clube na cidade de Estrela e dois clubes na cidade de Pelotas.

Ali eu mostro uma foto antiga que mostra os remadores do GPA, por exemplo, quem participavam, não só os do GPA, mas todos que participavam dos desfiles cívicos do nosso Estado, na nossa cidade.

Essa é uma foto que mostrava o que impossibilitou um pouco o acesso ao remo e a visibilidade do remo na cidade de Porto Alegre, que foi quando construíram o Muro da Mauá. Nós sabemos da necessidade do muro, mas é só para ilustrar que ele dificultou um pouquinho a visibilidade do nosso esporte. Ali, vocês podem observar, no cais de Porto Alegre, nós temos milhares de barcos, centenas de barcos circulando e esperando por uma regata, e o público em volta do Cais do Porto ali enorme. Até uma curiosidade bem importante que eu creio que a maioria das pessoas não sabe é que o futebol, hoje em dia, sendo um esporte de massa, antigamente era o remo o esporte de massa, tanto que, no remo, sempre suas regatas são pela manhã; e o futebol não quis concorrer com o remo porque o público era do remo e eles desenvolveram e passaram as suas partidas do futebol para a tarde. Por isso, a maioria dos jogos de futebol são à tarde, eventualmente ocorre um jogo em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pela manhã, em função desse receio que o público participante ficasse no remo e não ficasse no futebol. Hoje em dia, é claro, é bem diferente.

Ali nós temos duas fotos históricas também, a primeira é a casa antiga do Grêmio Náutico União, quando ele foi fundado, e, a segunda é um píer do Clube Almirante Barroso. O clube lá é um barco 8, é um barco antigo, com oito remadores e um timoneiro.

Atualmente nós temos, como eu falei anteriormente, alguns clubes filiados, somos onze em todo o Rio Grande do Sul.

Como função da Federação, além de formarmos parcerias, organizarmos as regatas, clubes de remo, a gente filia novos clubes, incentiva o esporte, nós também oferecemos cursos para os atletas, formação de árbitros e tudo o que envolve o esporte na promoção do remo.

O remo olímpico é um esporte tradicional em que a gente usa – só para dar uma ilustrada de como é o remo –, nós temos barcos de um remador, de dois remadores, de quatro, de cinco remadores, de oito, de nove remadores, que a gente chama palamenta simples ou palamenta dupla, ou seja, usa uma pá para remar ou usa duas pás para remar.

As provas são compostas de barcos masculinos, femininos e mistos, assim como o pararemo hoje em dia também.

Ali nós temos algumas fotos do remo no Estado, na cidade de Porto Alegre, todas essas fotos aí em que nós temos duas raias, uma que era considerada a raia oficial logo depois da ponte do Guaíba, em frente ao Parque Náutico Alberto Bins do Estado, e outra raia que atrás da Ilha do Grêmio Náutico União.

Ali nós também apresentamos alguns barcos masculinos, femininos e barcos mistos.

O remo, enquanto esporte, creio que é o esporte que mais tem relação com o meio ambiente. Nós procuramos sempre estar juntos e buscando melhorias tanto para o nosso ambiente de remo quanto para que a nossa água, que os animais e que o habitat sejam mantidos. O remo é um dos esportes que não causa nenhum tipo de poluição, nós simplesmente habitamos junto com a nossa fauna e com a nossa flora.

Como demandas para o remo, que eu venho pedir para os senhores, nós temos três que são bem importantes. A primeira é que nós não tenhamos uma linha de ônibus que dê acesso aos clubes de remo, nós não temos uma linha que faça com que o remador, o adolescente, a criança possam acessar a Rua João Moreira Maciel, que é onde ficam os clubes. Na década de 1980, nós tínhamos uma linha, que era a Navegantes-São João, linha 1, que ia ao parque náutico. Uns cinco anos depois, parou de funcionar, e, até hoje, não temos uma linha que nos dê esse acesso – essa é uma das nossas demandas que eu julgo ser superimportante.

A outra é com questão à demarcação de uma pista de acesso dos ciclistas, porque muitos que não têm condição e não têm como acessar a área do parque náutico, vão de bicicleta; então, para a segurança desse jovem e de muitos técnicos e professores que frequentam o clube, cujo o acesso é de *bike*, a gente precisa de um lugar onde a gente possa ter segurança no acesso, porque nenhum dos senhores e das senhoras que são pais largaria o seu filho se não tivesse um acesso para ele ir no clube praticar uma atividade física, que é tão importante hoje para a vida de qualquer um de nós, como qualidade de vida.

A terceira, que hoje eu julgo que vai estar um pouco encaminhada, porque eu entreguei ao Sr. José Freitas, vereador, seria a denominação de um marco histórico para a Remosul, como a rótula dos remadores.

Eu gostaria de agradecer a presença, esta oportunidade de vocês me ouvirem e que possam nos ajudar a atender essas demandas do remo gaúcho, que é o esporte mais tradicional e mais antigo dentro do Estado. Obrigada, boa tarde.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Muito obrigado, convidamos a Sra. Ana Valesca a fazer parte da Mesa.

O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Parabenizo aqui a Ana Valesca por todo seu trabalho, na verdade, ela já está há 12 anos na entidade, e há 8 anos na presidência. Em teu nome, eu parabenizo a todas as mulheres pela passagem do dia 8 de março, o Dia da Mulher, na verdade, é o mês da mulher, o mês de março. Parabenizo a todas aqui.

A Remosul, então, por 129 anos – isso não é pouca coisa, não é, Ver. Moisés? –, a mais antiga Federação Esportiva do Brasil. Como você colocou, 11 clubes filiados realizam regatas oficiais e festivas, sendo o remo gaúcho o pioneiro do Brasil. E tem que se destacar aqui os valores do remo, que forma uma família mundial, baseadas nos ideais de paz, amizade, justiça, entendimento e ajuda. Todos os remadores são encorajados a nutrir o entendimento internacional, através da prática do remo. Mais importante ainda, Valesca, a consciência ambiental. Então é fundamental como vocês convivem nos rios e lagos – isso é fundamental. A comunidade do remo tem esse importante papel na gestão sustentável dos recursos naturais e sociais, especialmente aqueles que são necessários para prática do remo.

Quero dizer – até para os colegas vereadores – que nós já protocolamos para que, na Rua João Moreira Maciel, a rótula perto do Remosul seja denominada, através de um projeto de lei que já protocolei, Rótula dos Remadores para homenagear todos os remadores do Estado do Rio Grande do Sul. Mais uma vez, parabenizo em meu nome e do meu colega Ver. Alvoní Medina, dos Republicanos, colocamo-nos a inteira disposição. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Parabéns, Ver. José Freitas. Temos inscritos, e olhem que interessante, o Ver. João Bosco Vaz está inscrito e diz que, por ser o mês das mulheres, vai permitir que as mulheres falem antes, parabéns, Ver. João Bosco Vaz.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. João Bosco Vaz. Parabéns à história da Federação do Remo do Rio Grande do Sul, a primeira federação esportiva do Rio Grande do Sul, pioneira, que se firmou, cresceu e permaneceu a serviço do esporte do remo, sendo uma referência de organização e amor a esse esporte. De Comitê de Regatas transformou-se na Federação Rio-Grandense do Remo, depois em Liga Náutica Rio-Grandense até a ser Federação de Remo do Rio Grande do Sul, isso no início do século XX, em outros tempos e numa outra Porto Alegre, de um outro Guaíba; e com dedicação e força fazem, desde lá, a tradição do remo gaúcho. Parabéns a todos os envolvidos, dirigentes, praticantes do remo, em especial parabenizo a Ana Valesca, nessa semana do Dia Internacional da Mulher, a primeira mulher Presidente da Federação; muito orgulho.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Primeiro, quero parabenizar pela excelente explanação aqui, aprendemos muito hoje e quero dizer que essas demandas que trouxeste hoje, presidente Ana Valesca, são demandas que iremos debater aqui no Parlamento. Eu gosto muito do esporte, eu sou também atleta, eu uso muito o nosso Guaíba, sendo para nadar, para praticar esportes náuticos. Temos aqui o Presidente dos trabalhos, Ver. Moisés, que trouxe a questão de a gente conseguir ter os locais para natação demarcados, para a gente conseguir ter os locais também de ter as raias náuticas, que é um desafio que nós temos para o Guaíba. Se formos pensar como funciona nos outros locais no mundo, a gente vê que as demarcações trazem, cada vez mais, espaços para que a gente consiga ter os esportes sendo praticados. Então a liberdade de termos já, desde o muro, um local acessível para as pessoas conseguirem ver o esporte sendo praticado e ter os locais apropriados para que seja praticado e impulsionado cada vez mais. Então, parabenizo vocês pelo o trabalho e digo que nesta Câmara de Vereadores vocês terão muito acolhimento de parte dos vereadores, que estamos vendo essa demanda tão importante para a nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, quero cumprimentar a Sra. Ana Valesca, que representa a Federação de Remo do Rio Grande do Sul. Eu sei o quanto é difícil alguns esportes serem reconhecidos. A luta é grande, é difícil, é árdua, mas quando a gente chega ao topo e consegue trazer medalhas, consegue treinar, consegue mostrar a importância desses esportes, toda essa luta é representada por essas vitórias. Não podemos desistir de investir em esportes como o remo, que são tão importantes, que também tem a questão do paradesporto dentro do remo, que é muito importante. Eu sou proponente, aqui, da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais da Educação Física e nós temos muitos temas que nós trazemos. Eu gostaria de te convidar para que tu viesses falar sobre o remo, que é tão importante, na nossa Frente Parlamentar, para que a gente possa discutir mais, buscar alternativas. Eu te ouvi falando sobre o ônibus, sobre as necessidades, coisas básicas da nossa Cidade que nós podemos construir juntos. Então conte conosco, parabéns pelo teu trabalho e siga nessa luta porque eu tenho certeza que será vitoriosa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente Moisés; minha querida amiga Ana Valesca, nos conhecemos das lides esportivas há mais de 30 anos, competente presidente da Federação de Remo. Poucas pessoas sabem que o Grêmio Náutico União foi a base da seleção brasileira em duas Olimpíadas, e aproveito aqui para enaltecer o Cabeça, o Alan, o Tozzo – grandes remadores –; para enaltecer o técnico Piá, que foi revelador de todos esses grandes talentos que o Grêmio Náutico União revelou e descobriu para o Grêmio. Até o ponto de o União e a Federação de Remo de tanto brigarem que a sede do União na Ilha do Pavão acabou sendo, numa época, o Centro de Treinamento para a Seleção Brasileira de Remo por que o União tinha a grande maioria dos atletas formando essa seleção. E, nesse trabalho, tem a sua mão, as suas iniciativas; por isso deixo aqui a minha saudação, um grande abraço. Para mim, não é surpresa nenhuma, conheço a tua competência desde que foste a coordenadora das escolinhas esportivas lá no Grêmio Náutico União. Enfim, para o que precisares, esta Casa prontamente poderá ajudar dentro, é claro, das suas limitações. Muito obrigado, parabéns. Um beijo no teu coração, Ana Valesca.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Agradecemos aqui ao Ver. José Freitas e ao Ver. Alvoní, da bancada dos Republicanos, por essa importante proposição, e a presença da Sra. Ana Valesca Bastos Hoerlle, presidente da Federação de Remo do Rio Grande do Sul. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39 min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h43min) Estão reabertos os trabalhos.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 6 a 8 de março de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apegoo declaração firmada pelo vereador Jonas Reis, líder da bancada do PT, informando os impedimentos dos suplentes Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenez, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Valmir Ferreira Martins, Bernardo Lucero de Carli, Alberto Moura Terres, Maristela Maffei, Any Carmem de Ávila Moraes, Pedro Leonardo da Luz Loss, Lidionei da Rosa Santos, Júlio Cesar Riemenschneider de Quadros, Manoel Rocha da Rosa, Ana Paula Meira da Rocha, Ottmar Teske, Mirgon Helmuth Kayser Jr., Palmira Marques da Fontoura, Hosana Maria Fonseca Piccardi, Maria Luiza Rodrigues Viana, José Pedro Silva da Luz, Sady Jacques, Vera Beatriz Soares, Alberto dos Santos Fagundes, Everton Bornholdt Falcão, Rafael Brum Ferretti, Vagner de Souza Fagundes, Carla Ribeiro, Jairo Menegaz, Nelton Vantuir Schmidt, Lígia Aracy Délia e Marco

Aurélio Santana Arruee em exercerem a vereança em substituição, no período de 6 a 8 de março de 2022.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossada a Ver.^a Cris Medeiros. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Cris Medeiros, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 6 a 8 de março de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão da Licença para Tratar de Interesses do Ver. Aldacir Oliboni, no período citado, a suplente Elaine Kovalski assumirá a vereança. Informo que a suplente já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Elaine Kovalski prestará a seguir.

SUPLENTE ELAINE KOVALSKI (PT): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossada a Ver.^a Elaine Kovalski. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Elaine Kovalski, V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

A Ver.^a Elaine Kovalski está com a palavra, nos termos do art. 12 § 8º, do Regimento.

VEREADORA ELAINE KOVALSKI (PT): Boa tarde, saúdo o Presidente Hamilton e os demais vereadores desta Casa. Agradeço também por estar aqui a minha filha e toda minha família. Fico muito feliz hoje pela oportunidade que o Partido dos Trabalhadores dá aos suplentes de ocuparem a tribuna. Abraço para todas e todos da Setorial de Direitos Animais do PT. Hoje posso estar aqui expondo não só para as pessoas que confiaram no meu trabalho e votaram em mim, mas para a população, a preocupação que tenho em especial com os animais. Desde minha adolescência já atuava com resgate de animais de maus-tratos, levava para casa, tratava, cuidava e colocava para adoção responsável, quando não ficava com os animais para mim. Neste último período, atuo junto com o grupo da causa animal, com a Elaine Paz, Rose, Eduarda, Maraci e várias companheiras e protetoras independentes, que dedicam suas vidas por essa causa tão importante. Muitos animais jogados na rua, doentes, abandonados, sem alimentação e sem a dignidade que merecem, e o que a Prefeitura faz? Hoje a Prefeitura tem R\$ 516 milhões nos seus cofres e não utiliza para as políticas tão necessárias, para a melhoria da

cidade isso inclui também a causa animal. As políticas não podem ser sustentadas a partir de emendas parlamentares, isso é um absurdo, é preciso ampliar o orçamento público, que hoje é de apenas R\$ 6 milhões. É essencial e urgente que tenhamos políticas públicas. O Município tem o dever de assumir a gestão do Hospital Vitória, com a realização de concursos, garantia de transporte para população de baixa renda, incluindo ambulância para acessar os serviços. Necessitamos de uma equipe de resgate 24 horas, ampliação de canis municipais descentralizados, e precisamos de atendimento 24 horas, pois o animal não escolhe quando fica doente; garantia de alimentação e medicamentos aos animais resgatados pelas protetoras; ampliação da rede conveniada com especialidades, para atendimentos além das castrações. A Prefeitura não só não nos dá apoio; se ampliou as castrações não é porque é boazinha, mas por pressão de quem protege os animais de verdade, como vereadores e protetoras, mas é preciso mais, como seguimos lutando e denunciando, não é, Ver. Jonas? Torna-se fácil, senhoras e senhores, vereadores, a Prefeitura e parte da sociedade dizerem que os protetores são acumuladores, que não deveriam resgatar tantos animais, mas fazer o quê, então? Deixá-los morrer, porque se formos esperar pelo poder público, não teremos ajuda, muitos menos o suporte necessário. Os animais são seres que precisam ser tratados com dignidade; a causa animal não tem atenção do poder público, como deveria. Estamos falando sobre o amor e o respeito à vida. Já passou da hora de tratarmos a causa animal somente como um problema de saúde pública. A Prefeitura não pode continuar deixando essa responsabilidade nas mãos das protetoras. Hoje não temos um gabinete da causa animal com equipes suficiente, com orçamento suficiente, mas o prefeito isenta uma empresa como a Fraport em R\$ 70 milhões, enquanto temos o orçamento de R\$ 6 milhões para causa animal. Melo, enquanto você abandona R\$ 516 milhões no cofre da Prefeitura, nós queremos pelo menos 1% para a causa animal. A causa animal precisa de uma resposta, prefeito Melo; os animais não têm voz, mas nós temos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença da deputada estadual Bruna Rodrigues – sempre bem-vinda.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Dando início à homenagem pelo Dia Internacional das Mulheres, a presidência desta Câmara gostaria de fazer homenagem às vereadoras, entregando-lhes um mimo.

Em nome de todos os vereadores homens, a homenagem deste Legislativo. Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Ver.^a Cris Medeiros. (Pausa.) Ver.^a Elaine Kovalski. (Pausa.) Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Procuradora da Mulher, Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Ver.^a Bruna Rodrigues. (Pausa.) Ex-vereadora Maria Celeste.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, em nome dos homens desta Casa, eu queria cumprimentá-lo por essa ideia de homenagearmos as mulheres, as queridas mulheres da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cris Medeiros está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CRIS MEDEIROS (PT): Boa tarde a todas e todos. Estou vereadora titular pelo partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, de hoje até o dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Sou conselheira tutelar na região Leste, ativista comunitária, ambiental e cultural numa periferia onde a política pública chega única e exclusivamente pela assistência social, e temos uma assistência social que está sucateada. Nós não temos projetos culturais, nós não temos projetos de lazer, nós não temos projetos de esporte nas nossas comunidades de periferia. Eu sou oriunda de uma unidade de reciclagem, uma das mais antigas de Porto Alegre, o Centro de Educação Ambiental, um projeto que foi criado para mulheres vítimas de violência doméstica pela visionária Marli Medeiros, que entendendo que, para romper um ciclo de violência que a mulher está submetida, ela precisa ter a sua autonomia financeira. Foi criada, então, uma unidade de reciclagem em 1996. No ano de 2001, nós criamos o centro cultural a pedido das recicladoras que precisavam de um espaço de proteção e de atendimento para suas filhas e para os seus filhos. No ano de 2008, nós criamos a escola de educação infantil, também voltada para as recicladoras, e que hoje atende 120 crianças da comunidade da Vila Pinto e do bairro Bom Jesus. Este é um espaço onde nós, mulheres, negras, periféricas, pouco temos acesso, e aproveito aqui para parabenizar e reverenciar a deputada Bruna Rodrigues, não sei se ainda está aí, ela, a Ver.^a Karen Santos, a Ver.^a Daiana Santos – Daiana dos Santos, que agora está deputada federal. São mulheres que, sem dúvida nenhuma, abriram espaço, abriram caminho, fizeram história, e que nós mulheres negras e periféricas, a Bruna está aqui, um beijo, querida, muito obrigada; estou aqui, Bruna, seguindo o caminho, o meu colega Marcelo Bernardi, do conselho tutelar. Então, é um espaço que nós, mulheres negras da periferia realmente precisamos ocupar, e agradecemos às nossas que vieram antes, eu agradeço principalmente às companheiras e aos companheiros do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, um partido de 43 anos de luta e de resistência. E quero dizer que nós continuaremos ocupando esses espaços, porque a política, da maneira como ela está dada, principalmente aqui em Porto Alegre, porque no governo federal nós já conseguimos dar a resposta e já conseguimos virar esse jogo, mas aqui em Porto Alegre as periferias estão abandonadas. Então, com certeza, esses espaços políticos vão continuar sendo ocupados por nós, mulheres, homens, pessoas periféricas. Muito obrigada pela atenção. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Sr. Presidente, membros da Mesa, colegas vereadoras e vereadores, meu cumprimento especial à minha camarada, a Deputada Bruna Rodrigues, que nos prestigia hoje aqui. Bruna, fico bem feliz com a tua presença aqui na Câmara de Vereadores. Quero cumprimentar aqui também as vereadoras que assumiram hoje, as vereadoras do PT, Cris Medeiros e a Elaine Kovalski, sejam bem-vindas. Cumprimento também a Maria Celeste, que é presidente do PT aqui em Porto Alegre. Gostaria de saudar a Fátima, que representa o Conselho Municipal das Mulheres – Codim, aqui de Porto Alegre; a minha camarada Silvana Conti, que representa a CTB do Rio Grande do Sul; a Júlia, da União Brasileira de Mulheres – UBM; a Renata dos Anjos, que é das Mães pela Diversidade; a Izane, da Fecusul; minhas queridas colegas do gabinete do senador Paim, muito me orgulho que estejam todas aqui. (Mostra imagens.) Quero cumprimentar todas e todos que nos acompanham pela TVCâmara e todas e todos que estão aqui também neste plenário desta Casa legislativa, exatamente neste momento em que tenho a honra de usar, pela primeira vez, o espaço do Grande Expediente exatamente na semana do Dia Internacional da Mulher, que é um marco na luta de gerações contra a opressão de gênero. Embora, muitas vezes, essa data seja destituída dos seus verdadeiros propósitos, tratada como um mero objeto mercantil para o incremento, Presidente Sossmeier, de flores, de mimos que a gente agradece, sem dúvida nenhuma, mas eu preciso dizer que esse dia é um dia de luta, é um dia de comemarmos nossas conquistas, que são muitas. Celebramos o Dia Internacional da Mulher num momento histórico do nosso país, a democracia venceu – não é, Bruna? Venceu! A luta e as conquistas dos direitos femininos só avançaram quando a democracia vicejou. Nessa nova jornada que começamos a trilhar, nós, mulheres, temos um papel decisivo e protagonista. Os últimos anos foram de obscurantismo, de muitas e cruéis violências dirigidas deliberadamente às mulheres, à população negra, à população LGBTQIA+, às trabalhadoras e aos trabalhadores, ao corte de direitos, à adoção de políticas que resultaram na ampliação da pobreza e no aprofundamento das desigualdades sociais. Mais do que presentes, as mulheres precisam de ações concretas que mudem a vida; nós precisamos de proteção legal para combater a discriminação e a opressão e para usufruirmos da igualdade na lei e na vida. Sem flores e sem glamour se apresentam os nossos dias. Nesse exato minuto em que o uso esta tribuna, 35 mulheres estão sendo vítimas de algum tipo de violência no nosso País. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública levantou que foram 18,6 milhões de mulheres vítimas em 2002 – 51 mil por dia; 35 por minuto; outras 30 milhões de mulheres sofreram assédio na rua, em ambientes públicos, no transporte público. No ambiente do trabalho, uma mulher sofre assédio ou importunação sexual a cada segundo, violência que assombra e que atinge um requinte de crueldade cada vez maior. A violência aumentou, o feminicídio é uma verdadeira tragédia. No Rio Grande do Sul, Ver.^a Mônica, registraram-se, em 2022, 106 casos de feminicídio, 262 tentativas; aqui em Porto Alegre, somente no mês de janeiro de 2023, já foram registrados 24 estupros e 3 tentativas de feminicídio. Nós sabemos que o número

é maior não só aqui como em todo o País, porque muitas mulheres ainda não denunciam por medo, por vergonha ou por falta de condições de autossustentabilidade. Na minha posse, eu afirmei que o meu mandato estaria especialmente dedicado à luta das mulheres. Já na primeira semana, apresentei o projeto Não é Não, criando o selo para as empresas, especialmente de bares, restaurantes, boates, clubes de diversão e esportes, que adotem protocolo de prevenção e combate ao assédio e à violência de gênero. E eu fiquei gratificada com a recepção de colegas desta Casa, de várias bancadas, que manifestaram apoio e sugestão, inclusive, para o seu aprimoramento. Somado a outros projetos que estão sendo apresentados, conforta verificar, Presidente Sossmeier, que a Câmara Municipal de Porto Alegre está vigilante e ativa. Estou confiante que esse projeto será acolhido pelos pares desta Casa e se empenhará na sua efetiva aplicação. Mas é preciso avançar mais na construção de políticas públicas, investir na segurança, na iluminação, no cuidado das ruas, das praças, no treinamento das forças policiais nos locais de acolhimento às vítimas. Reforço a importância de a mulher estar incluída no orçamento, Ver.^a Mari, nenhum dos problemas e soluções que eu citei serão resolvidos se não houver investimentos públicos nas políticas efetivas.

Vejam bem, na LOA, foram destinados apenas R\$ 11 mil para a implementação da Casa da Mulher Brasileira. Como a Prefeitura pretende implementar e manter uma casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência com um valor que é menor que o salário do prefeito? Como integrante da CEFOR, disputarei um orçamento real para defesa da vida e dos direitos das mulheres; e sei que faremos de Porto Alegre uma cidade melhor. Causa espanto também o aumento da violência contra crianças e adolescentes, que está diretamente ligada à falta de cuidados, seja pela ausência de creches, seja pela insegurança habitacional e alimentar das mães, que se submetem ao jugo da violência por não terem para onde ir e como sustentar seus filhos.

Aqui eu entro numa outra luta histórica, o direito à creche, que é um direito da criança, e também a ter uma infância segura, fundamental para o ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Muitas mães deixam seus filhos com vizinhos, parentes, por vezes com estranhos ou sozinhos em casa para elas poderem trabalhar; ou deixam de trabalhar. Porto Alegre tem oficialmente um déficit de cerca de seis mil vagas em creches, mas com certeza esse número é muito superior, pois muitas desistem da procura. É urgente buscarmos soluções para essa grande demanda. É preciso destinar verbas para a construção de novas unidades em bairros e em locais próximos às empresas que mais empregam mulheres. A oferta de um turno inverso nas escolas também precisa de investimento com urgência. O nosso gabinete foi colocado à disposição para as mulheres que estão em busca de vagas para seus filhos, assim como também estamos realizando contatos com a administração pública e com a Defensoria Pública para a solução desse verdadeiro drama das trabalhadoras. Creche é um direito das crianças e um dever da Prefeitura.

Também apresentei a esta Casa, Ver.^a Cris, a Frente Parlamentar da Economia de Cuidados, pois, na sociedade, historicamente, é destinado a nós, mulheres, o papel de cuidadoras dos avós, dos pais, dos irmãos, dos filhos, marido; enfim, é um trabalho exaustivo e não remunerado. Adotar políticas públicas nesse setor, além de visibilizar,

encontrar formas de inserir as mulheres na cadeia produtiva remunerada, vai aumentar a economia do Município e vai melhorar também a vida, a qualidade de vida das mulheres. Como coordenadora dessa Frente, vou atuar em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e das Mulheres, do governo Lula, buscando estabelecer diretrizes e ações, mecanismos para a aplicação prática dos objetivos da economia de cuidados.

Nós ainda sofremos com a desigualdade salarial em todos os setores, incluindo acesso a cargos de chefia em espaços de poder.

No mercado de trabalho, o desemprego atinge as mulheres. Postos de trabalho ativos, 73,7% são ocupados por homens, contra 54,5% por mulheres – dados do IBGE. No âmbito profissional, apesar dos avanços na legislação, as mulheres recebem, portanto, 30% a menos que os homens, apesar de cumprirem jornadas de trabalho maiores ainda. Continuamos a afirmar que pobreza tem rosto feminino; urge mudar essa realidade, apoiando medidas propositivas como projeto de lei da deputada federal Daiana Santos, que estabelece incentivos às empresas como um dispositivo legal. Também o senador Paim, que apresenta novamente a lei de igualdade salarial, que prevê multa às empresas pelo seu descumprimento.

Estamos juntas com o movimento sindical para pôr fim a essa realidade discriminatória. Não é demais lembrar que as mulheres também são a maioria no setor de serviços com menor remuneração; realidade acentuada para as mulheres negras, por isso, a valorização do salário mínimo é fundamental nessa jornada de redução da pobreza. As mulheres também sofrem com a falta ou a precariedade de moradia, Ver.^a Tanise, acentuada com a alta dos aluguéis e com a falta de subsídios e investimentos na habitação pelo governo federal anterior. Recebemos com entusiasmo a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, além de subsidiar aquisição de moradia para os mais necessitados, garante a posse do domínio às mulheres. Estaremos atentas, portanto, e cobraremos agilidade do Poder Executivo municipal para executar esse programa essencial para a melhoria das condições de vida da população das periferias desta capital, especialmente das mulheres.

E, por falar em qualidade de vida, nosso mandato também está atento às discussões do Plano Diretor, com vistas a apresentar propostas que humanizem a Cidade, que permitam o acesso à moradia, à infraestrutura adequada a todas e todos, não apenas aos espaços nobres da Cidade. A sangria imobiliária está constantemente em busca de maiores índices construtivos, reduzindo áreas permeáveis e ampliando o limite das alturas das edificações. Em contrapartida, não vemos nada a ser oferecido como contribuição ao acesso pleno das populações periféricas a uma moradia digna, ao saneamento, à facilidade viária, ao acesso rápido e eficaz dos serviços de saúde e educação. Essas dificuldades impactam diretamente a vida das trabalhadoras. Durante minha trajetória como feminista, sindicalista e secretária de Estado, aprendi que uma cidade só é boa para as mulheres se ela é boa para todas as pessoas.

Por fim, Sr. Presidente, nobres colegas, quero dizer que esse tempo em que vivemos precisa ser deixado para trás. A política deve ser um espaço igualitário entre homens e mulheres; na prática, mesmo com a [Lei de Cotas](#), não está sendo garantida essa

igualdade. O poder político, em sua ampla maioria, é masculino; nesta eleição foram eleitas 302 mulheres contra 1.394 homens para Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias, e para os governos estaduais. Aqui, nesta Câmara de Vereadores, nós somos apenas nove dentre os 36 vereadores, e, olha que somos uma das maiores capitais ainda com número de mulheres.

Quero aqui atentar, Sr. Presidente, para concluir, que eu tenho o privilégio de andar ao lado de Manuela d'Ávila, com quem aprendo todos os dias, liderança que tem dado grandes contribuições a esse debate político. Construí minha trajetória em parceria e inspirada em grandes mulheres, eu registro, para concluir, Sr. Presidente, Julieta Batistioli, que foi a primeira vereadora desta Casa, integrante do Partido Comunista do Brasil; Jussara Cony; Manuela d'Ávila, Bruna Rodrigues; Daiana Santos; as jovens feministas do Movimento Coletivo, Vivian, a Tássia e a Fabíola; o Coletivo Cuca Congo; e a Vitória Cabreira. Em nome delas, eu homenageio as vereadoras que já passaram por esta Câmara, as atuais vereadoras e as servidoras desta Casa. Como mulher, parlamentar e cidadã, permanecerei na linha de frente em todas essas lutas que o momento presente nos impõe defendendo a democracia, o fortalecimento das instituições, o aumento de políticas públicas para todas as mulheres e os menos favorecidos.

Seguimos juntas e sejamos fortes pelas que foram, por todas nós e pelas que virão. Viva a memória e a luta das mulheres! Muito obrigada.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Agradecido pelo aparte. Não poderia deixar de te cumprimentar e, ao te cumprimentar, cumprimentar todas as mulheres da cidade, em especial as vereadoras desta legislatura. Nós estamos numa cidade composta em sua maioria por mulheres, mais de 53% da cidade de Porto Alegre é composta por mulheres batalhadoras. As mulheres também são aquelas que chefiam metade dos domicílios da nossa cidade, mas nos apavoram os elevados índices de violência que marcam o Rio Grande do Sul e, por consequência, também esta capital, e também as desvantagens, a desigualdade econômica à qual as mulheres são submetidas. E a tua presença neste Parlamento, utilizando este Grande Expediente, na véspera do Dia Internacional da Mulher, tem grande significado, porque, para reverter toda desigualdade de gênero que ocorre na nossa cidade, nós precisamos também reverter a sub-representação política. Tu mencionavas, na tua intervenção, e a verdade é que no Brasil, nas eleições de 2020, menos de 17% dos vereadores e vereadoras eleitos eram mulheres. Então a tua presença aqui, a tua luta tem grande significado para que a gente tenha mais mulheres na política. Por isso, te cumprimento, dou o meu abraço, que é o abraço de toda a militância do Partido Comunista do Brasil, que se orgulha muito de tê-la agora como vereadora aqui na Câmara de Porto Alegre. Muito obrigado.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Giovani.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Biga, em nome do meu partido, das duas vereadoras

que assumiram, Cris e Elaine, quero cumprimentar todas as mulheres de Porto Alegre através da sua fala. E quero contribuir aqui também trazendo a informação de que a nossa deputada federal Denise Pessoa protocolou o primeiro projeto de lei que prevê estender a todas as mulheres que estão em proteção por crime de feminicídio, ou qualquer por crime contra as mulheres, recursos do INSS para poderem se manter. Muito obrigado. Um grande abraço.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Comassetto. Parabéns por essa iniciativa. Muito obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier.
(Não revisado pela oradora.)

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 041/23 na priorização de votação da presente sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Eu gostaria de fazer um registro do trabalho feito hoje pela Procuradoria da Mulher, na pessoa da Ver.^a Mônica Leal. Parabéns pelo trabalho, registramos isso como Câmara Municipal, esse trabalho foi extensivo a vários setores da comunidade. Obrigado.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero aproveitar este período de Grande Expediente para informar que estou muito contente e tenho certeza de que todos os vereadores e vereadoras vão se sentir satisfeitos, assim como a população de Porto Alegre, que já estão em andamento, com a secretária Pellini, os mictórios públicos de Porto Alegre na cidade – são em torno de 95. No ano de 2019, aprovamos aqui, na Câmara de Vereadores, um projeto deste vereador que autoriza e permite a instalação de banheiros públicos em Porto Alegre. A iniciativa veio a se tornar a [Lei nº 12.491/19](#). Felizmente, a Prefeitura entendeu a importância do projeto e avançou em sua implementação. Muito em breve teremos, junto com a revitalização do Centro, os banheiros públicos por toda nossa cidade, começando, como eu disse, pelo Centro da cidade, que é o lugar que necessita a maioria deles. Embora pareça uma medida singela e óbvia, a instalação de banheiros públicos traz consigo a ideia de organização, de urbanização e de higiene. Diga-se de passagem, não será cobrado o uso para os banheiros públicos, como certa vez foi cogitado aqui no plenário. Não, os banheiros públicos são públicos, livres para a população. Isso vai melhorar a autoestima das pessoas, já que teremos uma cidade mais linda, mais conectada com o cidadão. Em nosso Centro Histórico transitam centenas, milhares de pessoas que muitas vezes não sabem, não são do Centro, não trabalham no Centro, vão comprar, vão fazer um turismo no Centro, e não têm para onde se dirigir, muitas vezes. E vocês sabem que às vezes um restaurante cobra, no Centro, desde que

almoço, e assim mesmo, se não almoçar, querem cobrar. Então, esse expediente do mictório público é muito importante. Vou trazer mais adiante as peculiaridades desse mictório público. Portanto, parabenizo a gestão municipal do prefeito Melo, que irá conseguir instalar banheiros por toda a nossa cidade, de maneira democrática, e o mais importante: sem custo algum, como disse, para o erário e para a população – será em troca de publicidade, módulos em formato simples, duplo e os de quiosque, possuindo peça sanitária, com proteção antivandalismo, revestimento de alta durabilidade, com acessibilidade universal, sistema de controle de tempo/permanência, dentre diversas outras características. Já estamos no processo de consulta pública, diz a Prefeitura; logo teremos esse importante projeto em execução, que, ao final, irá melhorar e facilitar a vida das pessoas. Esse é o trabalho que nós, parlamentares, saliento, aqui, vereadoras e vereadores, aquelas muitas, tenho certeza, dezenas, centenas de academias nas praças públicas, oriundas das emendas impositivas de todos, nós, vereadores. Inclusive este vereador tem mais de 15 já espalhadas pela cidade, já colocadas ou que serão colocadas neste ano, junto com as de todos os vereadores. Isso colocará a cidade em outro patamar, valorizando as praças, trazendo o cidadão para uma prática esportiva, o que é muito importante. Todos nós estamos nessa conexão, para buscar mais esporte, mais lazer, mais cultura, mais vida nos bairros da nossa cidade; isso é muito importante. Não adianta nós termos um Plano Diretor moderno se não tivermos também chegando nos bairros mais longínquos da cidade a cultura, o lazer, o esporte, o divertimento, unindo as famílias. A sensação de todos nós é de dever cumprido, criamos essa alternativa que no início não foi bem entendida, mas, hoje, a emenda impositiva, para saúde, Ver.^a Mônica, para o esporte, para o lazer, para o cidadão, para as praças públicas, enfim, contempla esse dia a dia da sociedade porto-alegrenses. E tem chegado muito bem, tenho certeza também que vocês têm essa acolhida muito grande, da satisfação, da valorização dos meios públicos da cidade como uma praça pública, por exemplo, e Porto Alegre tem mais de 800 praças. Nesse sentido quero afirmar aqui, eu tenho nas minhas mãos os modelos. São modelos simples, 19; modelos duplos, 47; e quiosques, 29 unidades. Sistema modular, forma monolítica, peças sanitárias com proteção antivandalismo, revestimento de alta durabilidade, acessibilidade universal, sistema de controle do tempo e de permanência, sensores de presença, fumaça, acionamento, sistema de monitoramento, lavatório externo antivandalismo, bebedouro externo antivandalismo, possibilidade de fechamento noturno, acesso com cobertura, armário para materiais e insumos, vedações com alto desempenho térmico, cobertura com coleta de águas pluviais. A evolução! Meus parabéns à Prefeitura, que vai dar um exemplo para que depois, quem sabe, nós possamos avançar ainda mais para as praças públicas, porque tem que ter cuidado, tem que ter antivandalismo, tem que ter toda a durabilidade possível. O prefeito mesmo disse uma reunião aqui com a base que estão roubando muitos bebedouros na cidade. Ver.^a Mônica, Ver. Tiago, estão roubando! O cidadão aquele, o malfeitor, está levando as coisas que estão embelezando a cidade, roubando inutilizando, quebrando, é nesse sentido que nós buscamos ter todas as alternativas para ter proteção e ter também o cuidado. Por isso quero parabenizar o prefeito quando instituiu o prefeito ou prefeita das praças. É uma forma de, também, se aproximar das praças e da comunidade. Empoderou as pessoas,

valorizou o móvel ou imóvel da Prefeitura nos bairros, fazendo com que o cidadão se interesse pelo que é público, e se é público, é dele também. É nesse sentido que nós vamos melhorando a nossa cidade. O Plano Diretor vem aí, com participação das comunidades para que nós tenhamos um Plano Diretor muito bom, com acolhimento, com opiniões da sociedade. Teremos, Presidente, já foi aqui informado, comissões na Casa e audiências públicas para discutirmos o Plano Diretor; teremos sete reuniões, e isso é muito importante, faz com que nós possamos ter uma acolhida muito boa da sociedade, buscando um melhor Plano Diretor que dê tudo isso que nós falamos. Além disso, muito mais, onde seus distritos ou os seus bairros tenham a peculiaridade do comércio, a peculiaridade de um esporte mais acentuado. Enfim, que nós possamos direcionar para a cidade, Ver. Cecchim, líder do governo, alguns pontos que já notávamos e não podíamos fazer, mas que o Plano Diretor vai estabelecer, porque o que não está no Plano Diretor não pode existir na cidade, não há permissão, conseqüentemente pode trazer problemas para a sociedade. É nesse sentido que nós olhamos, todos os vereadores, tenho certeza, independentemente se é de situação ou posição, uma Porto Alegre olhando para o futuro. E o Plano Diretor, Presidente, que nós vamos detalhar, que nós vamos votar, que nós vamos participar junto com a sociedade é aquele Plano Diretor olhando para o futuro, sem revanchismo, sem radicalismo. Portanto, estamos cada vez mais unidos com o Executivo; Parlamento e Executivo para buscarmos alternativas de progresso, de sucesso, de grandes alternativas para melhorar ainda mais a situação e a autoestima do cidadão de Porto Alegre. Obrigado, Presidente, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores, público nos acompanha aqui e pela TVCâmara. Hoje eu trago na minha fala de liderança a importância que nós teremos nos seminários que vão acontecer na terça, quarta e quinta-feira do Plano Diretor. Agradeço à Prefeitura por estar dando esse passo – que já está atrasado na cidade de Porto Alegre. O debate do Plano Diretor, vereadoras, quando a gente começa a falar de Plano Diretor, nós falamos também sobre mulheres, porque uma mulher que caminha numa cidade onde o recuo não é longe da calçada, nós temos uma mulher mais segura para andar, não é, Ver.^a Abigail? Uma mulher quer se sentir segura, próxima das pessoas a caminhar na calçada e isso hoje é impedido devido ao Plano de Diretor. Nós temos aqui o Ver. Gilson Padeiro, que muito fala sobre o Extremo-Sul, nós não podemos ter indústrias no Extremo-Sul – perdemos para Viamão, porque nós temos limitações do Plano Diretor. Nós temos a realidade da situação periférica da nossa cidade, onde a população teve que ir para a Restinga que demora quase uma hora daqui do centro de Porto Alegre, por quê? Porque nós não podemos ter adensamento. Nosso Plano Diretor é tardio na questão do adensamento, data lá antes de São Paulo. Então nós jogamos a população que veio para Porto Alegre e quer ficar em Porto Alegre para as periferias, onde nós não temos saneamento, onde a saúde

não tem estrutura, onde não existem escolas. O Plano Diretor deve ser debatido o quanto antes e devem vir essas perspectivas de cidade, que cidade nós queremos para o futuro de Porto Alegre. Aquela cidade que a gente mora perto do local onde nós vamos trabalhar, perto da escola dos filhos, onde tem um posto de saúde? Ou nós queremos, cada vez mais, jogar nossa população para a periferia, deixando somente os ricos na zona central? Esse é o debate que inclui mobilidade, quando nós vamos falar do ônibus da cidade, nós falamos de Plano Diretor. Cada vez mais, ao tirar as pessoas do Centro da cidade, nós estamos colocando onde nem os ônibus conseguem chegar de maneira eficiente. Então, é um debate que chega em boa hora para a cidade, eu espero que avance, nós já temos a comissão especial sendo instaurada na Câmara, e gostaria de dizer que o partido NOVO está muito feliz em participar deste debate e estaremos presentes, na maior intensidade, no dia a dia da discussão do Plano Diretor. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente; colegas vereadores e vereadoras, hoje subo à tribuna para falar em liderança pelo PCdoB, para tratar de um tema de relevância nacional, mas intimamente ligada a Porto Alegre que é a situação da empresa Ceitec, fundada em 2008, Ver.^a Cris, única fábrica de produção de semicondutores no nosso País, se não me engano, a única da América Latina e infelizmente uma empresa foi alvo do projeto privatista, de desmonte da possibilidade de um projeto nacional e soberano pelo governo anterior e ainda, no ano de 2021, entrou em processo de liquidação pelo governo anterior. Hoje, a Ver.^a Biga e eu, numa comitiva composta também pelas assessorias da deputada estadual Bruna Rodrigues, da deputada federal Daiana Santos, fomos fazer uma visita à Ceitec em razão da comemoração que fizemos do anúncio do novo governo de interrupção do processo de liquidação, parte desse processo fundamental e estratégico de reconstrução do País. Nós fomos, vereadores e vereadoras, altamente surpreendidos ao sermos barrados pelo atual interventor, liquidante da Ceitec, impedindo que pudéssemos acessar a empresa e fazer a nossa vistoria e o debate necessário sobre esse novo momento que é de construção de alternativas ao desastroso processo de liquidação em que a empresa entrou. Após a nossa denúncia dessa grave situação, nós fomos recebidos pelo liquidante nomeado pelo governo anterior, e a conversa que tivemos apenas renovou, Ver.^a Biga, a nossa convicção dos desafios que temos. O nosso desafio, sem dúvida alguma, é construir uma gigantesca recuperação técnica da empresa, a recomposição dos seus recursos humanos, o acompanhamento das denúncias do assédio sofrido pelos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos. É preciso que se compreenda que essa empresa possui um caráter estratégico para um projeto nacional de desenvolvimento soberano para o País e também para a nossa cidade. Ainda no mês de fevereiro, se não me engano, Ver. Idenir Cecchim, o vice-governador do Estado, o Gabriel Souza, foi recebido pela ministra Luciana Santos, quando o vice-governador, não do PCdoB e sim do MDB, apontava a

importância de aproveitar mais e melhor a Ceitec para o ecossistema de inovação da nossa cidade. Eu digo isso pois eu penso, vereador líder do governo, vereadora vice-líder a Cláudio Araújo, que a Prefeitura de Porto Alegre e esta Câmara Municipal precisam se somar imediatamente aos esforços da construção de alternativas para esse processo de liquidação a que infelizmente a Ceitec foi submetida. Nós precisamos pensar como os próprios trabalhadores e trabalhadoras da empresa têm apontado que a Ceitec pode ser palco de formação de mão de obra, para um novo projeto de desenvolvimento de nano e microeletrônica no nosso País. Hoje, a inteligência formada no nosso País tem sido absorvida pelo mercado internacional, e nós podemos reverter essa situação se entendermos o caráter estratégico dessa empresa singular que está sediada na capital do Rio Grande do Sul.

Para concluir a minha intervenção hoje em liderança, eu gostaria de trazer mais uma vez para esta tribuna esse debate central do mês de março, o mês dedicado a luta das mulheres. Segundo dados da Oxfam, 70% do trabalho de cuidados não remunerados hoje são praticados por mulheres. No Brasil, ao longo do ano passado, uma mulher foi morta por dia no nosso País. No Rio Grande do Sul, nós tivemos uma mulher agredida a cada 22 minutos, e a Ver.^a Biga Pereira tem tratado sobre isso recorrentemente aqui nesta Casa. Aqui em Porto Alegre – e eu me referia a que estamos em uma cidade composta majoritariamente por mulheres que chefiam os domicílios da nossa cidade – 1/4 das mulheres foram vítimas de violência emocional no ano de 2021. Esses dados apontam a necessidade de nós travarmos a boa luta para elevar a participação das mulheres na política, em parlamentos, como o nosso Parlamento Municipal, Presidente. E, para concluir, digo que aqui eu represento um mandato coletivo e que, na sua coletividade, é composto por três vereadoras, e nós apresentamos, Cris Medeiros, uma proposta de resolução, nesta Casa, para reconhecer a atuação dos mandatos coletivos e reconhecer a atuação do nosso mandato coletivo é exatamente dar uma sinalização para ampliação da participação das mulheres na política. Por isso, hoje, quero ser aqui porta-voz de uma rápida carta das nossas vereadoras: "Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, aqui quem fala são as vereadoras do movimento coletivo Vivian Aires, Fabíola Loguercio e Tássia Amorim. O oito de março se aproxima e nós gostaríamos de aproveitar essa data para reivindicar e afirmar a nossa posição enquanto vereadoras desta Casa. Hoje nós estamos ocupando este plenário através desta carta e pela intermediação do colega Ver. Giovani porque ainda estamos impedidas de ocupar o plenário e a tribuna, como vereadoras que somos. Chamamos atenção que reconhecer o nosso mandato coletivo significa ampliar a participação feminina na política de Porto Alegre. Essa também é a nossa luta. Obrigada, e que, na próxima oportunidade, possamos estar debatendo diretamente da tribuna que também é o nosso lugar. Quero agradecer e aproveitar para compartilhar que, na próxima quarta-feira, me licenciarei para que assumo a titularidade, do lado da Biga, na bancada do PCdoB, junto com o movimento coletivo, a Ver.^a Cuca Congo que também é uma parlamentar que lidera um mandato coletivo, composto por mulheres, negras e professoras da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, a extrema imprensa está desesperada. Imaginem que esta bolita aqui (Mostra objeto.) seja a representação do colar de diamantes que supostamente foi dado em presente à Michelle Bolsonaro pelo representante da Arábia Saudita – esta bolita. O que aconteceu recentemente? Na sexta-feira passada, alguns jornais de grande circulação nacional começaram a tentar fazer parecer que a Michelle Bolsonaro e o próprio Bolsonaro estavam tentando ocultar patrimônio porque receberam de presente da Arábia Saudita um colar de diamantes que custa, aos olhos da avaliação oficial, R\$ 16,5 milhões. Quando foi dado esse presente de estado à Michelle Bolsonaro, ela não compareceu ao evento na Arábia Saudita porque eles estavam em evento aqui no Brasil, então o Brasil mandou representantes oficiais; quem o Brasil mandou? Mandou o ministro de Minas e Energia; o ministro foi representando o governo brasileiro e recebeu esse presente como um presente de estado dado pelo xeique responsável pela organização política da Arábia Saudita, como um presente que simbolizava a amizade entre os povos Brasil e Arábia Saudita, um colar que custa R\$ 16,5 milhões. O que aconteceu? Esse colar de diamantes foi retido na Receita Federal e toda extrema imprensa brasileira está dizendo que o Bolsonaro está sonogando impostos, sonogando joias e que estaria enriquecendo de maneira ilícita com o governo, através da presidência da República. É interessante pensar isso, mas eu queria alertar os senhores com relação a isso aqui. Essas são 133 bolitas (Mostra objetos.) que representam, cada uma, uma joia ou uma obra de arte que foi ganha pelo governo Lula e se encontram hoje no acervo pessoal da Dona Marisa, no Banco do Brasil, sem declaração à Receita Federal, sem declaração ao patrimônio público nacional, como foi o caso do colar que foi recebido pelo governo Bolsonaro como um presente de estado à primeira-dama brasileira. Que estranho, né? Toda a extrema imprensa tentando fazer parecer que o governo Bolsonaro está sonogando dinheiro, sonogando a declaração de joias, por uma joia que foi recebida pelo governo e vai para o acervo público nacional, enquanto 133 joias estão no acervo pessoal da Dona Marisa no Banco do Brasil. Isso não causa estranheza e vocês? Não faz pouco de sentido para vocês parecer que a extrema imprensa é leniente com a ocultação de patrimônio e com roubo do patrimônio público, quando esse roubo é feito pela extrema esquerda? Eu acho que sim, por isso, eu quis alertar os senhores para não cair nessa falsa narrativa que estão tentando pregar. A Michelle Bolsonaro não buscou essas joias na Arábia Saudita, ela nem teve acesso a isso, e os documentos oficiais da Presidência da República declaram que essa joia vai para o acervo público nacional. Se vocês forem ler as matérias sobre o furto, o roubo dessas joias que foram recebidas pelo governo Bolsonaro, na época da gestão Lula e Dilma, vocês vão ver que é muito mais do que 133. Esses 133 foi só o número de joias que foram encontradas num banco vinculado à conta da Dona Marisa. Então, só para demonstrar a vocês a incoerência da extrema esquerda. E eu entendo por que eles estão fazendo essa acusação contra o governo Bolsonaro. Vocês sabem por que estão fazendo? Porque, contra tudo que eles disseram, aumentou o preço da gasolina, e o pobre está pagando mais

para poder se transportar e se locomover; para tentar tirar o foco, estão tentando fazer com que os antecessores pareçam com aquilo que eles são. Não caímos em falsas narrativas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h52min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 036/23 – (Proc. nº 0134/23 – Vers. Alexandre Bobadra e Tiago Albrecht e Ver^{as} Fernanda Barth e Comandante Nádia) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao requerimento protocolado no Congresso Nacional que visa a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, ocorridos em Brasília.” **(SEI 222.00023/2023-69)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação Requerimento nº 036/23. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Quero aproveitar a oportunidade em que estou utilizando a tribuna na tarde de hoje para cumprimentar e dar boas-vindas às colegas que fizeram o seu compromisso, como vereadoras, no dia de hoje. Sejam muito bem-vindas, contem com o meu apoio em tudo o que eu puder ajudá-las, estarei à disposição.

Sobre essa moção, eu já me manifestei de forma muito firme e objetiva contra qualquer espécie de vandalismo. O que traduz crime e o grau do vandalismo em Brasília foi, de fato, excessivo e revoltante. Os atos em Brasília merecem toda a atenção. Mas tem algo aqui que nós precisamos deixar claro, é a forma de separar os insatisfeitos, que protestaram pacificamente, dos vândalos mal-intencionados, que depredaram, que destruíram e que agrediram.

Com esta minha fala introdutória, eu quero dizer que sou a favor de que tudo seja esclarecido. E uma CPI, quando levada a sério é feita e feita tempo, cumprindo os seus objetivos e não sendo palco político para nenhuma sigla partidária, gera resultados. E vem em boa hora. Então, eu deixo mais uma vez registrado, desta tribuna, na minha fala, o meu descontentamento para além dos atos, com o pós, com as prisões, com a forma que várias atitudes foram tomadas após aquele episódio. Porque está havendo uma supressão das instâncias jurídicas neste País; existem ritos para tudo, e vejo que não estão sendo cumpridos. Onde está o devido processo legal? Alguém viu? Alguém sabe? Não,

não foi cumprido o devido processo legal. Então, no caso de Brasília, eu vejo que isso foi atropelado, gerando mais insegurança jurídica e insegurança para a população. E, vendo isso acontecer, essa moção se faz necessária, e eu não só voto favorável à moção, como eu faço aqui uma reflexão para todos nós legisladores. Nós temos a obrigação de dar o exemplo, porque esta Casa foi invadida em 2013, foi vandalizada, foi pichada; havia manifestantes pelados, bebendo, fumando aqui nas mesas; eu estava, eu assisti. Da mesma forma, como em 2013, eu fui declaradamente contra e me neguei inclusive a ir a uma reunião, a uma conversa, a um ajuste com os vândalos a pedido de uma juíza. Eu digo a vocês que eu sou completamente contra qualquer ato de vandalismo, de agressões, mas esse caso aqui tem que ser esclarecido. Como foi o da Câmara, requer que seja esclarecido, por isso eu sou a favor e faço a moção. Com muita tranquilidade, assino essa moção, e peço para que cada um de vocês faça essa reflexão. Nós temos, sim, que apoiar a CPI do esclarecimento do dia 8 de janeiro. E lembrem sempre: houve uma supressão, o rito legal não foi respeitado, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/23, como coautor.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, subo a esta tribuna para endossar o pedido do nosso colega Alexandre Bobadra nesta moção de solidariedade pela CPI dos atos de 8 de janeiro, porque muita coisa, Sr. Presidente, ficou sem resposta. Ainda que seja uma pauta de Brasília, no sentido de que os fatos aconteceram na Praça dos Três Poderes, esses eventos nos atingem, porque a depredação foi generalizada, houve ataques aos prédios dos Três Poderes e houve uma mudança radical do governo federal no trato desse assunto. Os parlamentares da esquerda, como, por exemplo, o Randolfe Rodrigues, que é líder do governo no Congresso, foi um que logo quis propor uma CPI, mas, após o fato de revelações de que a Abin avisara mais de 40 órgãos de Estado de que poderia haver uma célula bandalheira, Ver. Márcio, o jogo mudou. E aí nós tivemos um esforço para abafamento por parte do governo federal. Então, é importante que as coisas, os pingos nos is sejam colocados, e que nós, pagadores de impostos, nós, que bancamos a coisa pública não só em Porto Alegre, mas também em Brasília, saibamos de quem foi a culpa pela não resposta. A Câmara Distrital do Distrito Federal já está apurando as responsabilidades distritais, Ver.^a Mônica, e precisamos agora que o Congresso Nacional, Ver. Alexandre Bobadra, possa apurar também. Portanto nós endossamos essa proposição, sabedores de que é, sim, um gesto importante desta Câmara, que, aliás, quer votar projetos. Eu vejo muitos vereadores, não só nós, independentes, da base do governo, mas, outro dia, uma vereadora da oposição subiu a esta tribuna e cobrou que nós possamos votar mais projetos, sejam do governo, sejam de colegas vereadores, que este Parlamento se debruce para além das pautas ideológicas, que são importantes, sim, senão, viveríamos num tecnicismo. Políticas se fazem no embate ideológico. Por isso peço o voto favorável

do plenário para essa moção de solidariedade em apoio a CPMI do dia 8, mas que também nós possamos votar projetos, votar leis. Vem aí o Plano Diretor para que nós, como legisladores representando os nossos eleitores, representando a população de Porto Alegre, também adentremos o debate das ideias, dos projetos, daquilo que influencia também aqui na base a vida do cidadão porto-alegrense.

Por fim, Sr. Presidente, aproveito este espaço em que estou falando de Brasília para repudiar o fato de o governo federal não ter assinado o documento da ONU, onde a ONU fala que a ditadura da Nicarágua tem traços nazistas, Ver. Alexandre Bobadra. O Brasil não assinou esse documento. Seria o governo federal amigo de ditaduras? Seria o governo de esquerda, em Brasília, favorável às ditaduras que nós temos na América Latina e Central? Por que não assinar esse documento da ONU? Por que não endossar as barbaridades que estão sendo impetradas contra os católicos da Nicarágua, que, agora para Páscoa, terão dificuldade, dentro da sua liberdade, de culto de expressão? Estão sendo tolhidos, inimigos sendo perseguidos. Por isso quero, desta tribuna, repudiar o fato de o Brasil não ter assinado o documento da ONU contra a ditadura na Nicarágua. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/23, como coautor.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sr. Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara; não há como desvincularmos a moção de apoio à CPMI do dia 8 de janeiro com o que aconteceu na sexta-feira, dia 3, na Comissão de Direitos Humanos da ONU. O Brasil foi o único País, entre 50, que não foi signatário de um documento questionando as barbáries que aconteceram na Nicarágua, no governo do ditador Daniel Ortega. A Comissão de Direitos Humanos da ONU comparou a gestão de Daniel Ortega com a gestão de Adolf Hitler, na Alemanha, nazismo, pelas barbáries que aconteceram lá. Até países administrados pela esquerda, como o Chile, por exemplo, votaram favoráveis, e o Brasil, não; o Brasil apoia a Nicarágua, Daniel Ortega. Um absurdo! Então não há como desvincular isso do que aconteceu relativamente às prisões do dia 8 de janeiro. É por isso que nós protocolamos, com um conjunto de diversos vereadores, aqui nesta Casa, uma moção de apoio à CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, assinada por 189 deputados federais, 3 senadores, que visa investigar os atos do dia 8. Tenho certeza que esta Casa vai aprovar esta moção por unanimidade, tantos os parlamentares de esquerda, de centro ou de direita têm interesse em restabelecer a verdade, que os verdadeiros culpados sejam condenados, e que para isso tenham acesso à ampla defesa e ao contraditório. Há informações que a Abin informou o governo federal da possível invasão; há informações que algumas pessoas tinham a chave do STF, da Câmara Federal e do Senado. Isso tem que ser averiguado. Então, não há outra orientação, outro caminho para os parlamentares desta Casa Legislativa, da capital dos gaúchos, que representam 1,5 bilhão de porto-alegrenses, a não ser de votar por unanimidade essa

importante moção. É claro que esses dias a imprensa, e com razão, trouxe à baila aqui que esta Casa anda votando muitas moções, concordo, mas acho que é o começo do semestre, com o passar dos dias vamos voltar a trabalhar os projetos desta cidade, o nosso Plano Diretor, mas, no dia de hoje, não podemos deixar passar batido, vamos aprovar, por unanimidade, esta moção de apoio à investigação dos atos do dia 8 de janeiro de 2023, porque a verdade faz bem à saúde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver. Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão, vereadoras e vereadores, público que nos dá a honra da assistência, esse episódio, Ver. Engº Comassetto, do dia 8 de janeiro, é um episódio extraordinário, por quê? Porque o episódio é uma tentativa de golpe, todo mundo sabe, uma depredação brutal da sede dos três poderes em Brasília, inaceitável, criticada no mundo todo, e tem uma característica – falei no Ver. Engº Comassetto porque ele lembrava há pouco – é um episódio, talvez o único que se conheça no País, que está sendo investigado hoje pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas da União, por todos os organismos investigatórios que podem ter uma nação, mas nem por isso, nem por isso é ruim uma CPI. Eu, pessoalmente, em nome do PSOL, posso dizer também, gostaria de saber quem é que bancou aqueles atos, quem organizou aqueles atos, quem esteve na linha de frente, mais nos bastidores, empurrando as pessoas, eu gostaria! Eu quero saber quem são os deputados federais, senadores, deputados estaduais, vereadores de todo País, Ver.^a Biga, que ajudaram naquilo ali, funcionários públicos, empresários, quem bancou aquela barbárie? Aquilo foi uma tentativa de destruição da capital da República, um golpe de estado, com destruição da capital da República. Mas, então há um pedido de CPI. Eu não quero votar contra; eu sugiro à oposição da Casa que se vote pela abstenção. Por que abstenção? Porque não é contra, mas eu também não sei os reais motivos daquelas pessoas que estão pedindo isso. Então, para não incentivar, Ver. Ferronato, toda aquela direitalha lá, da Câmara dos Deputados, pela abstenção. Sabendo, Ver. Cassiá Carpes, que as moções daqui, chegando no Congresso Nacional, não são nem lidas, nem lidas, porém eu acho que é importante que nós tenhamos aqui uma posição assim, a minha sugestão, de abstenção. Não ser contra; não ser a favor porque a gente desconhece o que estão... Mas não ser contra porque eu realmente gostaria de saber. Eu acho que ao final todos esses órgãos vão chegar a conclusões que algumas conhecemos: alguns empresários, alguns políticos nós sabemos quem são, mas tem que aparecer em investigação isso, não dá para sair dizendo sem estar isso demonstrado claramente. Então, Presidente Sossmeier, faço um encaminhamento aqui sugestivo à oposição inclusive de que não se vote contra, não, nós queremos que se investigue tudo, sim, queremos saber tudo! Não dá para votar a favor porque não se conhece as reais intenções. O nosso voto adequado, correto para esse momento, na minha modesta opinião, é da abstenção marcada no painel. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Esse tema dos atos de vandalismo de 8 de janeiro entristeceu a todos nós no País. Eu fui um dos vereadores da direita liberal aqui de Porto Alegre que no dia já me manifestei contra os atos de vandalismo, e é importante que nós, como Parlamento, deixemos claro que somos contra qualquer ato de invasão, de agressão, de depredação do patrimônio público. E é estranho que num primeiro momento a esquerda era favorável à CPI porque achava que isso iria trazer elementos para punir deputados, empresários e demais figuras da direita política, mas na medida em que o tempo foi passando ficou evidente que o governo federal recebeu informações de maneira adiantada sobre o que viria a acontecer no dia 8 e não tomou providências de modo a impedir que isso pudesse gerar todo o impacto infeliz que gerou. Então se existe a responsabilização do governador do Distrito Federal, essa responsabilização é muito parecida com a responsabilidade do Presidente da República, do secretário nacional de segurança, na figura do Ministro da Justiça, e também de todos os órgãos da segurança pública do Governo Federal que não agiram de maneira a impedir esses atos de vandalismo. Se existia a informação de que comboios com manifestantes estavam se destinando à Brasília, se receberam informações da inteligência de que isso aconteceria, e chegou no dia e as pessoas se reuniram no local, toda argumentação faz sentido de que deve existir punição. A pergunta é: por que a punição é somente para o governador do Distrito Federal? E, para isso, é importante que os órgãos de fiscalização, dentre eles a Câmara de Deputados e o Senado, ajudem a elucidar os fatos que aconteceram naquele momento. Por isso é importante a investigação. É óbvio que o governo federal está com medo das investigações. Um, do ponto de vista político, porque pode atrasar as pautas que podem ser importantes para o novo governo, na discussão, na Câmara e no Senado. Mas também pode ser que aquilo que eles acusaram, por exemplo, o governador do Distrito Federal de ter se omitido da tomada de atitudes para impedir o vandalismo, a invasão, possa ser imputado também ao Ministro da Justiça e ao governo federal. Por isso, para que tenha uma investigação imparcial para que esses fatos sejam trazidos à luz de toda a sociedade, é importante que haja essa investigação. Já foram colhidas as assinaturas, 189, se não me engano, até o momento do fechamento de uma matéria que eu vi aqui na internet, dos deputados federais, de 33 assinaturas dos senadores, o que é o suficiente para abrir a CPMI, porque ela é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; mista, porque ela vai ser averiguada tanto no Senado quanto na Câmara de Deputados. Então, entendendo que é importante elucidar os fatos, com representações políticas de todos os aspectos políticos, tanto da esquerda como da direita, nós votaremos a favor dessa moção porque vai ser a tradução de um anseio da cidade de Porto Alegre com relação a esse triste fato, que nós queremos a investigação e a punição dos responsáveis. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng.º Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/23.

VEREADOR ENG.º COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu venho aqui encaminhar em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e também cumprimentar aqui, desta tribuna, as duas colegas vereadoras mulheres, a Cristina e a Elaine, que assumem aqui na semana, ou no dia de luta, Dia Internacional dos Direitos das Mulheres. Dizendo isso, eu quero dizer que todos os temas precisam ser bem analisados, e numa CPI normalmente a gente busca naqueles casos que não têm nenhuma investigação. E o colega que me antecedeu aqui, o Ver. Jessé, trouxe há pouco uma notícia *fake* sobre o acervo do Presidente Lula que está declarado e guardado no Banco Central, querendo justificar o contrabando que o Bolsonaro e a sua família estavam querendo fazer com as joias. Ver. Jessé, eu queria te dizer que, quando o governo Bolsonaro vendeu para Arábia Saudita uma refinaria por 8,1 bilhões e ela valia 11,5 bilhões, você entende por que tem 16,5 milhões de joias sendo dadas, doadas. É para isso que nós precisamos ter uma CPI para investigar. Então, é bom trazer esses temas para cá para gente poder debater, analisar.

E quero dizer que no caso da moção da CPI da tentativa golpe do dia 8, o Presidente Lula tomou a medida imediatamente quando ficou sabendo. Fez a intervenção no Distrito Federal e afastou o governador pró-golpe que lá estava, destituiu o Comando do Exército que se posicionava, no mínimo, em cima do muro e que ficava incentivando aquela lógica dos quartéis. Se a CPI vier para investigar todos os comandantes dos quartéis que fizeram os acampamentos ilegais, irregulares, antidemocrático... Dizer que a CPI é quando não há nenhuma investigação sendo feita, nesse caso o Supremo Tribunal Federal, na sua plenitude, não está deixando de passar a limpo a posição golpista que trazia para cá a ideologia da estratégia trumpista, do Trump, que fez aquela invasão ao Capitólio. Aqui, em termos de invasão, Ver. Pedro, foi pior do que nos Estados Unidos, porque depredaram o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional; os parlamentos, Senado e Câmara dos Deputados; o Palácio do Planalto, Ver. Ferronato, destruíram uma obra de arte do Portinari, porque nem sabiam que era do Portinari, ou o relógio que estava lá e que foi trazido e doado por Dom João VI e que agora a Suíça já abriu os braços e disse que é para mandar para lá que eles vão consertar, como apoio, e retribuir ao Brasil numa posição antigolpe. A Polícia Federal está investigando todas as suas dimensões. Agora, se a CPI for para investigar todos os golpistas aqui do Rio Grande do Sul que botaram dinheiro, e as notícias deram que os responsáveis pelo trabalho escravo lá em Bento Gonçalves são alguns dos patrocinadores dos ônibus que saíram do Rio Grande do Sul para irem destruir o patrimônio nacional. Se for para tudo isso e mais um pouco... A Procuradoria-Geral da República, bom, todos nós conhecemos o procurador, que nunca foi um procurador que tem qualquer simpatia política pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está abrindo investigações. A Polícia Rodoviária Federal abriu investigações. Então tem investigações de todas as estruturas institucionais brasileira. Agora, o parlamento é legítimo, a minoria tem, há sempre a possibilidade de pedir que

sejam investigados. Então queremos dizer aqui que, segundo a orientação da nossa liderança de oposição, vamos deixar para os autores que votem na CPI, nós vamos nos abster, mas queremos dizer que há uma CPI, que é um instrumento de minoria, e que teria que começar investigando inclusive aqui em Porto Alegre quem foram, Bobadra, os financiadores golpista que mandaram os ônibus para Brasília, pagando, como costumam dizer sempre quando a esquerda faz um ato: “Ah, foi lá comer pão com mortadela.” Quem é que foi lá pagar a picanha, o whisky, a cerveja que tomavam nos acampamentos perto dos quartéis? Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/23.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, subo aqui motivado muito por esse momento que a gente vive: de moções, de moções. Realmente, parece que nós estamos num período de moções. A guerra da comunicação é incrível. Quero deixar claro aos autores da moção que eu vou apoiar essa moção, como apoiei outras moções aqui que permeavam esses acontecimentos lamentáveis da questão ocorrida em Brasília. Mas eu quero jogar luz no seguinte argumento: para que nós possamos aproveitar esse momento de moções e pensar um pouquinho no quanto nós, às vezes, somos facilmente manipulados pela guerra da comunicação. O governo que não quer a CPI tal. Por que não quer? Porque todos sabem como a CPI começa, mas ninguém sabe como termina, ninguém sabe quantas biografias uma CPI pode destruir, ninguém sabe, uma coisa puxa a outra. Então tem governos que não querem CPIs. Normal. Por quê? Porque a CPI tem, sim, um impacto na mídia. A gente viu recentemente inclusive em Porto Alegre, a gente viu no Estado Rio Grande do Sul e agora estamos discutindo no Brasil. Mas aqui vários falaram hoje sobre as manchetes, e, vejam bem, ocupamos um espaço aqui de tribuna dos porto-alegrenses para discutir as manchetes da joia do presidente tal, do arquivo pessoal do fulano, de quanto foi parar na fazenda e no sítio de Atibaia que era, mas não era do presidente que nunca foi, mas que acaba sendo, que é, que não é, que sumiu, não sumiu... E o ex-Presidente Bolsonaro, e a joia da mulher, não é da mulher, veio com um assessor, ele sabia, ele não sabia... E ninguém está falando do aumento dos combustíveis. E ninguém está falando do Ministro que usou o avião da FAB para ir em leilão de cavalo. Ninguém está falando do MST que voltou à revelia de invadir tudo que é lugar. Aí aqueles ali não são terroristas, aqueles ali não são terroristas. Então, assim, o que eu quero é só jogar um pouquinho de luz aqui num dia que todo mundo deixou de estar em outro lugar para estar aqui avaliando as moções importantes, os projetos. Gente, dá para se dar conta um pouquinho desse lugar que a gente faz parte, desse cenário que a gente faz parte e vamos botar as coisas nos devidos lugares? Que mal tem de haver uma CPI, nesse caso, já que o governo em questão, o governo federal, muito falou que tinha que se averiguar, que é um absurdo, que tem pessoas presas até o momento; vamos verificar, porque esse governo defendeu até há pouco tempo transparência, etc. Eu tenho certeza que esse governo, no fundo, no

fundo, não pode ser contra uma CPMI, por isso vou me posicionar a favor. Agora, também vamos pensar um pouquinho mais nas entrelinhas, ver um pouquinho mais a fundo as coisas. A gente vem discutindo aqui a utilidade ou não das moções; eu também questiono, eu concordo com colegas que talvez ouvir o vereador que está propondo, ou limitar número de moções, acho que é importante a gente fazer esse debate, mas também não podia ficar quieto e ficar aqui ouvindo sem dizer o que eu penso: a guerra no meio da comunicação às vezes nos põe nas condições de verdadeiros marionetes. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº 036/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 15 votos **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(16h28min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cassiá Carpes.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; membros desta Casa; público que nos assiste através das plataformas digitais, da TVCâmara; público que nos escuta através da nossa Rádio Câmara; as vereadoras que assumem no dia de hoje seu mandato; eu quero falar aqui de um tema que interessa a população de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do Brasil, interessa a todas as pessoas. Um tema que, no dia de hoje, já se pagou mais de R\$ 500 milhões, que são os impostos. Diariamente, o impostômetro não para: imposto, imposto, imposto, imposto, imposto. E se fala de várias reformas que tem que se fazer. Nesta Casa, nesta semana, começa a inaugurar essa discussão da reforma tributária. Não pode mais os governantes dos municípios, dos estados terem que ir até Brasília com um pires na mão para implorar recursos, implorar obras, implorar estrutura para os seus estados, já que, de cada R\$ 100,00 arrecadados na cidade de Porto Alegre, R\$ 62,00 vão para União, somente R\$ 16,00 ficam com o Município. O Município que a cada ano aumenta as suas responsabilidades, o Município que é responsável pela educação básica, o Município que é responsável pela saúde básica, o Município que tem a gestão de hospitais na cidade de Porto Alegre, das UPAs na cidade de Porto Alegre, o Município que tem a gestão das farmácias, o Município que necessita fazer obras na nossa cidade, e para fazer obras com recursos da União tem que dar contrapartida – isso não é de agora, isso vem desde a Constituição de 1988, quando criamos um legado, fortalecendo a União e a ideia de fortalecer os municípios... Algo que não está acontecendo, pois a cada dia mais os nossos municípios estão mais fracos e a cada dia se vê a União arrecadar mais. Então é necessário incluir na nossa agenda, já que há uma ideia de mexer nos recursos dos impostos

municipais, tirando das grandes cidades – e não é só das capitais, mas das grandes cidades – para tentar distribuir para as pequenas. Mas quem detém a fatia desse bolo será o distribuidor, será que vai distribuir? Então acho que esse assunto tem que estar na nossa agenda, na agenda da senhora e do senhor que estão em casa precisando de uma cirurgia, da senhora e do senhor que estão em casa precisando de uma vaga na creche, da senhora e do senhor que estão em casa precisando de atendimento médico, de quem está precisando de estruturas na sua comunidade, na sua vila, no seu bairro. O dinheiro, nos municípios, é cada dia mais curto; e o dinheiro, na União, é cada vez mais. Cada vez se criam mais taxas, mais impostos, mais tributos e isso não chega aqui na ponta. Isso não chega aqui na base, isso não chega em quem é responsável por distribuir, quem está na ponta, quem está com várias responsabilidades que a lei determina. E a última agora é a segurança pública. Armaram as guardas municipais, deram o poder de polícia para as guardas municipais, mas não veio um recurso da União da área de segurança para ajudar os municípios. Nenhum! E, no âmbito da abertura de 1988, nós permitimos isso. Eu acho que o Congresso chama num momento importante a discussão de alguns tributos. Eu acho que é um momento importantíssimo para nós exigirmos uma mudança, não só a municipalização dos serviços que chegam à população, mas também desses recursos, que não se fique pagando tantos impostos e esses recursos não cheguem aqui na ponta, não cheguem nas pessoas que mais necessitam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Marcelo Sgarbossa com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Uma boa tarde a todos e a todas. Eu ocupo a tribuna pela primeira vez, desde que tomei posse nesta legislatura, e quero dizer, com muita honra, que reassumo o mandato. Quero dizer para aquelas pessoas que continuo encontrando até hoje; pessoas que dizem que mudaram o seu voto, Presidente Hamilton, eram os meus eleitores e eleitoras e mudaram o voto porque achavam que nós já tínhamos um mandato garantido em 2020, quero dizer para elas que elas fizeram muito bem. Eu tive a oportunidade de exercer dois mandatos. Ao votarem em outras pessoas, que inclusive foram eleitas para mostrar a sua capacidade, algumas delas inclusive já alçaram voos para Assembleia Estadual e Câmara Federal, portanto, muito mais do que uma oportunidade foi a possibilidade que elas tiveram de mostrar o seu trabalho; a qualidade da sua militância e da sua dedicação pela cidade de Porto Alegre.

Eu subo aqui também para dizer como é bom termos um governo que, nas primeiras horas do dia, você consegue sentir a normalidade e a política voltando ao seu lugar. Estávamos acostumados com uma espécie de doença, que era acordar todo dia e ver o Bolsonaro tentando distrair a atenção, como disse o seu Ministro do Meio Ambiente, distrair a atenção para fazer passar a boiada. Como é bom agora acordar e ver, Cris Medeiros, a normalidade, o Presidente Lula relançando projetos, que foram extintos por Bolsonaro, como é o caso do [Pró-Catador](#), tive a honra de acompanhar presencialmente

o relançamento do Programa Pró-Catador. É uma situação muito concreta, que posso trazer aqui, já fruto da ação do nosso mandato, a Cris provavelmente conhece, Bolsonaro, no final do seu mandato, colocou à venda os imóveis da União. Eu não tenho um levantamento para saber se foram todos os imóveis da União, mas muitos imóveis da União foram colocados em processo de venda. Um deles, Cris, você que atua ali no bairro Bom Jesus, Partenon, foi um terreno no leito da Ipiranga, colado à comunidade São Judas, aquela comunidade que fica entre a Av. Ipiranga e a Av. Bento Gonçalves, e esse terreno, que está ali no leito da Av. Ipiranga, que poderia muito bem servir à comunidade, foi colocado à venda. Recebemos essa demanda da comunidade, Ver. Comassetto, através da Jane Brochado, da Aline e de outras pessoas que trabalham ali na comunidade e conseguimos suspender o processo de venda. A Ver.^a Karen Santos, presidente da CUTHAB, rapidamente atendeu nosso pedido e pautou esse assunto na CUTHAB, e isso para um governo popular, que é o que temos nesse momento no Brasil, já foi suficiente para suspender o processo de venda. Agora a comunidade e a cidade de Porto Alegre poderão discutir a destinação daquele terreno. A comunidade São Judas não tem nenhum equipamento público no seu entorno. As crianças ali da comunidade São Judas têm alguns espaços cedidos pela PUC para poder jogar bola, mal conseguem caminhar naquela ruazinha que leva para o estacionamento da PUC e que vai da Av. Ipiranga até a Av. Bento Gonçalves, e vice-versa, mal conseguem jogar bola ali na rua porque as pessoas utilizam aquele espaço ali para passar de um lado para o outro, de uma avenida para outra. Então vejam, um gesto tão simples da Ver.^a Karen, que aceita o nosso pedido, um pedido que chegou ao nosso mandato pela atuação da comunidade, conseguimos parar o processo de venda desse imóvel. E sabemos que em outros lugares do Brasil, outros lugares, o governo do Presidente Lula já parou o processo de venda de imóveis da União. Então, e termino aqui Presidente Hamilton, como é bom ter um governo democrático e popular, que escuta a cidade e que pensa naqueles imóveis que têm e que não faz uso deles, destiná-los para suas comunidades. Viva o Presidente Lula. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Biga Pereira.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezado Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras; quero agradecer aqui a Abigail pela cedência do seu tempo de Comunicação. Vereador Janta, a sua fala remete que precisamos debater muitos temas relacionados à Porto Alegre – menos moção e mais conteúdos que incidam na vida prática da cidade. Dizendo isso, quero pegar pelo tema que é atual.

No final de semana, nós tivemos o carnaval na cidade de Porto Alegre, na sexta e no sábado. Depois de um longo período de desconstrução, o carnaval busca novamente se reorganizar. Por que eu digo o tema do carnaval, ou seja, a cultura popular do carnaval, que é a maior cultura popular do Brasil, tem que estar diretamente relacionada com as políticas do território de Porto Alegre? Ou seja, o Plano Diretor, que

nós vamos aí discutir. Primeiro, não sei se os colegas vereadores sabem, mas, se não todas, a grande maioria das sedes das escolas de samba são irregulares, porque o Plano Diretor não permite a sua regularização conforme deve ser. A grande maioria dos galpões de reciclagem são irregulares. Nós temos 720 vilas irregulares. Há pouco conversava com a Ver.^a Pimentel, que dizia que nós precisamos elevar ou intensificar as obras em Porto Alegre. Eu creio que é possível, mas tem uma agenda antes disso para nós resolvermos. O Centro de Porto Alegre ou o Centro Histórico tem 15 mil imóveis fechados. Quando que se terá uma política de reestruturar habitacionalmente o Centro, Ver. Márcio Bins Ely? O senhor que trabalha com tema de móveis, com os corretores, que coordenava o Creci, tem 15 mil imóveis vazios no Centro de Porto Alegre. Bom, o Minha Casa, Minha Vida, lançado pelo Presidente Lula, no dia 14 de fevereiro, já aponta que a reestruturação, a reciclagem de prédios é uma meta, vamos ou não vamos reurbanizar o Centro de Porto Alegre? Aquele garçom que mora lá no Rubem Berta, que trabalha num hotel ou num restaurante, que termina meia-noite, uma hora, tem que pegar um ônibus de uma hora e meia, por que não morar ali no Centro? Por que os trabalhadores da segurança não podem morar no Centro? E aqui eu lembro, Ver.^a Cláudia, a senhora ainda não era vereadora, na administração do governo Tarso Genro foi entregue o primeiro prédio reciclado, que foi o Hotel Umbu, no início da Av. Farrapos, para os moradores morarem ali. Passaram a pagar R\$ 500,00, em valores de hoje, por um aluguel, por que não reciclar? Eu me referi à Ver.^a Pimentel, que dizia “precisamos intensificar”. Está bem, precisamos, regiões, sim, regiões, não, mas nós temos que aplicar um outro conceito que está desde 2002 no Plano Diretor e nunca foi aplicado na cidade de Porto Alegre, que se chama centros de bairros. O que é o centro de bairro? É levar a vida econômica, administrativa, cultural, social e financeira para os centros de bairros. Por que um trabalhador que mora na Restinga, Ver. Bobadra, precisa vir de lá, pegar um ônibus, para trabalhar no Centro ou ir trabalhar em Canoas; por que não pode trabalhar na sua comunidade? Por que o trabalhador que mora no Sarandí tem que pegar um ônibus e ir trabalhar no Centro ou na Zona Sul da cidade? Então, é esta cidade que nós precisamos não só pensar, pensar, ela já foi pensada, porque um plano de diretor pensado e não aplicado é um plano diretor que morre por si só, e este atual Plano Diretor, se aplicasse todos os bons conceitos existentes nele, Porto Alegre seria outra hoje, não seria a mesma cidade. Eu concluo dizendo aqui: por exemplo, na 3^a Perimetral, nunca foi feito o novo estudo, que era dar a revitalização ao longo da 3^a Perimetral, na 3^a Perimetral nós podemos ter edifícios mais altos, mas proteger os bairros que ficam para dentro. Então, esses conceitos de cidade, precisamos nos desapaixonar aqui da intensidade de moções ideológicas que tem e mergulharmos dentro da vida real, porque são em 720 vilas irregulares que as pessoas sofrem, morando sem infraestrutura urbana. Se não tem casa, não tem endereço; se não tem endereço, não tem cidadania. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Cris Medeiros está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

VEREADORA CRIS MEDEIROS (PT): Quero agradecer ao Ver. Márcio Bins Ely pelo espaço; muito obrigada, vereador. Quero começar a minha fala seguindo um pouco do que o Ver. Eng^o Comassetto falou aqui, bem como o Sgarbossa, sobre a questão da moradia. Nós temos – o Ver. Eng^o Comassetto participou muito ativamente da população –, na Vila Mato Sampaio, famílias que moram lá há 50, 60 anos, que estão ainda correndo o risco de serem despejadas, porque a Prefeitura não abriu mão de mais uma violação de direito da população da periferia. E por que essa população ali da Mato Sampaio corre o risco de ser despejada? Porque a Bom Jesus, que está a 20 minutos do Centro de Porto Alegre, hoje está vivendo, está passando por um movimento fortíssimo da especulação imobiliária. Os caras vão para lá, constroem condomínios, cujos apartamentos valem R\$ 800 mil, R\$ 1 milhão, R\$ 1,5 milhão – aí eles constroem aqueles condomínios enormes, no entorno da Bom Jesus, e não querem abrir as suas janelas e verem a favela. Então, o que eles fazem, junto com o prefeito Sebastião Melo? Vamos tirar esse pessoal daí – pessoas que moram ali há 50, 60 anos. E aí, lá nos anos 2000, início dos anos 2000, na metade, na verdade,

a Dona Marli Medeiros apresentou para Prefeitura de Porto Alegre um plano habitacional, que foi avalizado pelo então ministro das Cidades, na época era o Olívio Dutra, um projeto de habitação para o Bairro Bom Jesus, sem tirar as pessoas que moravam ali – isso é importante que se fale –, um projeto de habitação precisa garantir que as pessoas continuem nas suas comunidades, onde seus filhos estudam, onde as pessoas têm toda sua família, toda sua rede familiar nas comunidades, e aquele plano de habitação garantia a permanência das pessoas no bairro Bom Jesus. Esse projeto foi engavetado na então gestão do prefeito Fogaça, e agora está acontecendo inclusive toda a discussão do Plano Diretor em Porto Alegre, lá na PUC, neste momento estão lá decidindo sobre o Plano Diretor da cidade e as periferias não participam. As periferias correm o risco de despejo permanentemente quando o Centro da cidade já não comporta mais os grandes empreendimentos imobiliários. Então é importante que a gente fale sempre do direito à moradia e da permanência das pessoas nas suas comunidades. Tem como fazer isso, lá na metade dos anos 2000 o Centro de Educação Ambiental já provou isso.

Não posso deixar de falar sobre a crise que recicladoras e recicladores de Porto Alegre passam. Porto Alegre, que já foi uma referência na área da reciclagem no Brasil, passa, nesse momento, por uma crise fortíssima, as recicladoras estão, infelizmente, tendo a sua renda comprometida, pessoas que estão saindo da reciclagem, dessas instituições que são organizadas porque a renda não está garantindo condições dignas para essas pessoas viverem. Porto Alegre deveria garantir para recicladoras e para recicladores um aporte financeiro pelo serviço público de relevância que essas pessoas oferecem para a cidade. As recicladoras e os recicladores, que são médicas e médicos do planeta, estão lá esquecidos, sem uma política, portanto, de sustentabilidade e de reciclagem. Aliás, Melo nunca apresentou na sua campanha qualquer plano para a área

da reciclagem, para a área de sustentabilidade em Porto Alegre, porque, como em todas as outras áreas, isso também está sendo privatizado, e as unidades de triagem que fizeram história em Porto Alegre e que fazem ainda são abandonadas, são sucateadas, são esquecidas. E nós precisamos chamar, principalmente os companheiros e companheiras do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, os companheiros da esquerda, e chamo a sensibilidade de vereadores e vereadoras da base aliada do governo para que, juntas e juntos, nós consigamos dar atenção para essa que é uma pauta importantíssima, que é a pauta da sustentabilidade e da reciclagem em Porto Alegre. As nossas recicladoras e recicladores precisam de atenção urgente. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Vou aproveitar o período de Comunicações aqui para reforçar que na próxima quinta-feira, dia 9, às 9h30min nós teremos a primeira reunião da Frente Parlamentar que trata sobre a reforma tributária e o seu impacto nos cofres de Porto Alegre, bem como na prestação de serviços. Nós teremos, nesse primeiro encontro, nessa reunião que acontecerá na sala das comissões da Câmara – sala 302 – a presença do prefeito Sebastião Melo, do ex-governador Germano Rigotto, que sempre foi um parlamentar e um agente político muito atuante nos temas da reforma tributária, também o secretário municipal da Fazenda Rodrigo Fantinel e a procuradora do município Cristiane Nery. Então eles serão os debatedores deste primeiro encontro, dessa Frente Parlamentar que é presidida por mim, tem a vice-presidência do amigo e colega T.J. Albrecht. Nós já estamos preparando essa reunião e contamos com a presença de todos os parlamentares, de todas as matrizes ideológicas aqui, de todos os partidos, porque esse é um tema suprapartidário que envolve diretamente a cidade de Porto Alegre e todo o Brasil, obviamente, para que a gente possa avaliar como será o impacto na nossa cidade se o texto que está tramitando e sendo discutido no Congresso for aprovado. Aguardamos todos, então, na próxima quinta-feira, às 9h30min da manhã. Era isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Elaine Kovalski está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

VEREADORA ELAINE KOVALSKI (PT): Agradeço o tempo cedido pelo Ver. Roberto Robaina. Eu fico muito feliz pela oportunidade que hoje o Partido dos Trabalhadores dá aos suplentes de ocupar a tribuna, porque nós temos muito pouco espaço de voz. Eu quero falar sobre nossa cidade que está mal iluminada, dos benefícios em bairros dos ricos na nossa cidade, onde na periferia não tem. O atual governo só prioriza privatizações como saúde, educação, assistência social. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo processo SEI nº 017.00019/2023-14, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que solicita representar esta Casa na Expodireto Cotrijal – Feira de Agronegócio Internacional, na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, no período de 5 a 10 de março de 2023. Apregoo PLCL nº 001/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Cláudia Araújo, Vice-Presidente da Casa, presidindo a sessão, na pessoa de V. Exa., saúdo todas as mulheres em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no dia 8, hoje, então, oficialmente se inicia a semana da mulher. O mês de março, mês comemorativo alusivo às nossas protagonistas, às nossas guerreiras, as que fazem a diferença, àquelas que nos dão a vida, a todos. Eu quero aqui, em especial, também cumprimentar a Ver.^a Cris Medeiros que tem um trabalho maravilhoso, eu conheci a Marli Medeiros quando era o secretário de Planejamento, conseguimos ainda idealizar alguns feitos na Bom Jesus, tais como a Praça da Juventude e outros empreendimentos que se tornaram ações mitigatórias, compensatórias e contrapartidas por uma região tão carente da nossa cidade. Parabéns pela tua luta, pelo teu trabalho, fico muito feliz de poder estar compartilhando o plenário contigo.

Também quero agradecer a agilidade da presidência, da Mesa em protocolar o nosso projeto de lei que diz respeito às regras para as eleições do Conselho Tutelar. Em especial, quero fazer um agradecimento ao Ver. Claudio Janta, que na reunião de líderes também auxiliou para que nós pudéssemos consensuar uma reunião conjunta, por assinatura, para agilização do projeto de lei. E também o Ver. Conselheiro Marcelo, fizemos uma reunião na microrregião 8 com todos os coordenadores do Conselho Tutelar de Porto Alegre, com este indicativo do nosso projeto de lei, qual seja? De que os conselheiros tutelares que estão no mandato ou que já cumpriram pelo menos um ano de mandato, que esses que já tem um acúmulo e sabedoria do desenvolvimento do trabalho cotidiano que nos impõe o Conselho Tutelar em favor das nossas crianças, em favor dos adolescentes, no cuidado com as nossas crianças, que esses possam, digamos assim, não precisar fazer a prova de novo, porque se já cumpriram, ou se estão no mandato de conselheiros tutelares, vereadora, acho que já está mais do que provado que têm condições de serem conselheiros tutelares.

Da mesma forma, a comprovação das horas para poder ser candidato. Eu acho que quem já cumpriu pelo menos um ano de mandato, Ver.^a Cris, como conselheiro tutelar, está apto para tocar o serviço, tocar o trabalho. Nós tivemos, na última prova, pasmem, 15 questões anuladas. Vários conselheiros tutelares com mandato foram desclassificados pela prova. Uma prova com enunciados compridos, dúvidas nas suas respostas, de maneira a eliminar as pessoas ali na burocracia, pessoas com relevantes serviços prestados nas suas comunidades. Claro que eu não vou citar aqui nomes, até para

não desmerecer, porque fica até assim uma coisa meio esquisita: “Bah, mas como que não passou na prova?” Não! Mas numa prova que tem 15 questões anuladas, está mais do que justificado. Então eu agradeço às lideranças que compreenderam também a nossa iniciativa.

Quero aqui fazer também os meus efusivos cumprimentos às nossas escolas de samba. Que lindo o carnaval, não é, vereadora? Que maravilha, que espetáculo que a gente viu nesse final de semana, ali no nosso Porto Seco.

Também dizer que estamos atentos às questões afetas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Amanhã se inicia um debate muito importante na cidade, lá na PUC, a rodada do Executivo ainda, em formato de seminário, apresentando e dialogando com a cidade a respeito daquilo que representa a espinha dorsal do desenvolvimento urbano e ambiental. É um pouco daquilo que a Cris falou, da compatibilização daqueles que hoje estão consolidados com aquilo que vem como novidade, para que nós possamos qualificar espaços urbanos de uso coletivo, potencializar espaços, como foi feito aqui na orla, temos 74 quilômetros de orla, olhem que maravilha um espaço esportivo, não só a pista de *skate*, mas como vem se utilizando todo aquele espaço ali. Aquilo ali é um exemplo de um investimento que deu certo. E por que não fazer também em regiões da cidade? Já tivemos um bom debate a respeito do 4º Distrito. Esse é um momento oportuno.

Hoje, casualmente, tivemos aqui a visita da Maria Celeste, ex-Presidente desta Casa, que me recordo, lá em 2010, quando era secretário de Planejamento, a Celeste era uma das relatoras do Plano Diretor e nós íamos até as madrugadas debatendo os rumos e o futuro da cidade em favor das pessoas, em favor do desenvolvimento urbano organizado, da sustentabilidade. Precisamos que a cidade cresça, se desenvolva, enfrente situações de clandestinidade e irregularidade. Para concluir, áreas invadidas, nós precisamos gerar emprego e renda sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações. Esse é o nosso desafio. Então hoje fica essa nossa manifestação em liderança, com destaque para o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Presidenta Cláudio Araújo que dirige os nossos trabalhos, vim falar aqui na liderança do meu partido, o Solidariedade, de um tema que nos preocupa. Agora, em primeiro de maio, o salário mínimo terá um reajuste de R\$ 18,00. O salário mínimo passará para R\$ 1.320,00, salário mínimo que, lá na ponta, para as pessoas que dependem dele, que fazem a sua vida pelo salário mínimo, não vai significar quase nada, já que cinco quilos de arroz, hoje, sem contar o aumento da gasolina, está R\$ 22,90, o mais barato, comprado no atacado, não no varejo. O feijão, cinco quilos de feijão estão por R\$ 36,25, também comprados no varejo, o dobro do reajuste do salário mínimo. O feijão está o dobro do reajuste do salário mínimo. A farinha de trigo está por R\$ 27,99, trigo que permite que a família faça um pão, permite que faça

uma pizza, que engrosse o feijão para render mais, está R\$ 27,99. Uma dúzia de ovos, que para uma família de cinco pessoas não dá para nada, está em torno de R\$ 11,95; 5 kg de açúcar, R\$ 29,98. Para fazer tudo isso, as pessoas precisam de óleo, do azeite, o famoso azeite, e o mais barato, no local mais barato, cinco latas de azeite custam R\$ 124,35. Aí, para ajudar essa família, precisa de uma batata, para dar uma sustância: 5 kg de batata são R\$ 15,98 – com o aumento daria para comer batata e sobraria uns R\$ 2,00, mais ou menos. Farinha de milho, que é a base de alimentação de todas as famílias carentes, a farinha de milho é o café, com a polenta doce, o almoço, ela permite ser tudo, a farinha de milho é a base de alimentação, tanto que, se chegarmos no interior, nós vamos ver que tem a sua cultura numa chácara, num sítio, numa fazenda, seja lá o que for, mas sempre tem o milho ali para garantir a alimentação da família, é a base principal da alimentação da família, lá tem a farinha de milho. Pasmem, eu comi muita massa com sardinha quando era criança, muita polenta com sardinha e acredito que eu fui bem no colégio porque eu esperava muito o recreio, a hora da merenda, porque tinha boia; três latinhas de sardinha, R\$ 58,45. E se nós pegarmos a salsicha mais barata que tem nos atacados: 3 kg de salsicha, R\$ 67,90. O governo federal dialoga com todo mundo, governo federal dialoga com os banqueiros, com os empresários, com as reservas indígenas, dialoga com todo mundo, mas não faz o diálogo com quem precisa do salário mínimo – aí monta grupo de trabalho. Que grupo de trabalho para a miséria e para a fome? Ou querem mais gente dependendo do Bolsa Família, porque R\$ 18,00 de aumento no salário mínimo vai jogar as pessoas na miséria! Vai jogar quem necessita do salário mínimo – nós estamos falando de aposentados, nós estamos falando de auxílios que o governo dá – para a miséria. Salário mínimo é base de reajuste para todas as categorias. O salário mínimo é o que tira a pessoa da linha da pobreza. O governo faz diálogo com todo mundo, mas não faz de diálogo com quem precisa comer! Não faz diálogo com quem precisa viver! E aí diz que vai acabar com a fome no Brasil, vai acabar com a fome como? Instituído o Bolsa Família? Mas se a pessoa tem um rendimento está fora do Bolsa Família. É como as pessoas que recebem o auxílio para as pessoas com deficiência, se tem um salário, está fora. Mães que precisam de fralda em tempo contínuo para os seus filhos autistas. Pais que precisam de fraldas e remédio, leites especiais para os seus filhos, estão fora do programa. O governo dá R\$ 18,00 de aumento no salário mínimo, enquanto dá em torno de R\$ 0,34 na gasolina. Essa cesta básica vai aumentar até maio, isso foi feito hoje, o custo desses alimentos na família do povo brasileiro. Então, nós fizemos um apelo ao governo para que não faça grupo de trabalho, que o governo tenha firmeza na decisão do reajuste do salário mínimo, e não divulgue que, em maio, terá um aumento de R\$ 18,00 – isso envergonha as famílias que dependem do mínimo para se alimentar. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Queria falar rapidamente sobre o tema trazido pelo Ver. Márcio Bins Ely. Amanhã, nós teremos o início das

rodadas do Executivo que trata da questão do Plano Diretor. E a Câmara vai se fazer presente, é importante que os vereadores estejam lá discutindo. Nós conseguimos a liberação da Comissão de Urbanismo, Habitação e Transporte para poder se fazer presente, representando a Câmara. Nós podemos, inclusive, entre aspas, dar expediente lá, porque vai ser, com certeza, um ambiente engrandecedor. O que as pessoas não sabem é que essa participação, nos dias 7,8 e 9 de março – terça, quarta e quinta –, na PUC, é gratuita e quem quiser participar pode se fazer presente para participar dos diferentes eixos temáticos que estão sendo construídos pela Prefeitura na revisão do Plano Diretor. O Plano Diretor é a Constituição do Município do ponto de vista urbanístico, válido por 10 anos, talvez, um pouco mais, mas ele tem reflexos na vida da sociedade por décadas. E, neste momento, a Prefeitura está fazendo essas oitivas na PUC para ouvir as demandas da comunidade, as reclamações dos servidores, as intenções da sociedade. E quem quiser se fazer presente pode se inscrever no *site* da Prefeitura, o acesso é gratuito, pode participar terça, quarta e quinta. Ou seja, nesta semana, terça, quarta e quinta, de manhã e de tarde, ali na PUC, com inscrição gratuita, acessando pelo *site* da Prefeitura de Porto Alegre. Esse é um aspecto.

Outro aspecto é o da reserva de mercado estranha que existe para alguns conselheiros tutelares. Como foi trazido aqui pelo vereador, existe uma suspeita – não sei se “suspeita” é a palavra adequada, talvez seja muito forte –, existem indícios de que a prova aplicada àqueles que querem fazer o concurso para conselheiro tutelar, a prova do concurso, e depois consequente eleição, ela, no passado, acabou tendo muitas questões anuladas, e isso acaba alterando quem são as pessoas que são aprovadas. O vereador mencionou que está pensando em mudar a legislação de modo a fazer com que não seja mais necessária a prova. Eu vou um pouco além, talvez ao contrário, eu vou um pouco menos ao céu, eu sugeriria que essa prova a ser aplicada não fosse eliminatória, somente classificatória. Não tem por que não ter a prova, a prova pode existir. Ela poderia existir, gerar uma classificação de primeiro ao último, com a nota de cada um, e ficar afixada na frente dos locais de votação, com o nome do candidato, o número do candidato e a nota que ele tirou na prova que demonstra que ele tem capacidade de bem representar a população naquela demanda específica de fiscalização dos direitos da criança e adolescente, no caso dos conselheiros tutelares. Se eu tivesse força, do ponto de vista político, eu acho que isso deveria ser reproduzido inclusive para os cargos de mandato eletivo que nós ocupamos hoje – vereadores, deputados, senadores. Não precisa fazer uma prova para eliminar o cara, porque muitas vezes a questão da simplicidade é uma forma de representação também. Só que no estado democrático, na questão da publicidade, seria interessante que aplicássemos uma prova para todos os candidatos a vereador, para todos os candidatos a deputado estadual, deputado federal, presidente, prefeito, e o próprio candidato pudesse usar essa nota como referência inclusive para pedir votos. Se ele domina o assunto relevante que é importante para ele dominar para o seu mandato, ele vai poder usar inclusive como propaganda: “Olha só, eu fiz tal nota aqui!” Para mim, essa seria uma solução elegante, porque não proibiria aquele candidato mais simples de participar, mas, ao mesmo tempo, traria essa informação para que o público soubesse que aquele representante que fala bonito não necessariamente domina

o assunto que ele diz defender. Então, é importante essa revisão que o vereador quer fazer, e a sugestão que eu trago é justamente esta: não eliminar a prova, mas fazer com que a prova não seja eliminatória e, sim, classificatória e que seja dada a uma ampla publicidade à classificação de cada candidato, no local de votação, para que a pessoa possa, no mínimo, saber que aquele representante que está pedindo voto, nesse caso para o Conselho Tutelar, domina ou não o assunto referente ao direito da criança e do adolescente. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0204/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 105/22, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que estabelece a realização de diagnóstico socioambiental como requisito para a definição, pelo Município, de faixas marginais não edificáveis em Áreas de Preservação Permanente (APPs) no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas distintas das estabelecidas no inc. I do art. 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e alterações posteriores – Código Florestal –, e dá outras providências. **(SEI 036.00037/2022-26)**

PROC. Nº 0206/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 107/22, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que estabelece disposições sobre a política de governança da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre. **(SEI 036.00029/2022-80)**

PROC. Nº 0213/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 112/22, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que revoga a Lei nº 2.020, de 5 de dezembro de 1959, que cria o Tribunal de Contas do Município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 036.00027/2022-91)**

PROC. Nº 0126/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 062/23, de autoria da Verª Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Semana Cultural Gospel no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, do dia 19 ao dia 25 de outubro. **(SEI 215.00010/2023-05)**

PROC. Nº 0129/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/23, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que denomina Rua Octávio Paz o logradouro não cadastrado conhecido como Rua H – Loteamento Santa Vitória da Conquista –, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima. **(SEI 197.00039/2023-26)**

PROC. Nº 0614/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 309/22, de autoria da Verª Cintia Rockenbach, que estabelece a obrigatoriedade de bares, cafés, quiosques,

complexos e centros gastronômicos, restaurantes, casas noturnas, espaços de eventos e de *shows* e de ambientes assemelhados, bem como do setor de hospitalidade, a adotar medidas de auxílio e proteção à mulher em situação de risco de assédio. (SEI 278.00035/2022-67)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0103/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/23, que revoga o § 5º do art. 6º da Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015. (Certificado de Compensação por Transferência de Serviços Ambientais/CCTSA) (SEI 118.00256/2023-95)

PROC. Nº 0146/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que obriga as maternidades e os hospitais públicos e privados localizados no Município de Porto Alegre a colocarem pulseira de identificação com sensor eletrônico sonoro em recém-nascidos imediatamente após o parto. (SEI 145.00008/2022-36)

PROC. Nº 0745/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 373/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que declara a Cultura Evangélica como patrimônio cultural e imaterial do Município de Porto Alegre. (SEI 145.00046/2022-99)

PROC. Nº 0917/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 449/22, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que declara de utilidade pública o Instituto III Milênio Consultoria. (SEI 145.00067/2022-12)

PROC. Nº 0025/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/23, que declara de utilidade pública a Entidade Grupo Escoteiro TUPÃ-CI. (SEI 118.00204/2023-19)

PROC. Nº 0051/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 023/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Semana de Conscientização e Combate ao Mal de Alzheimer no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que contemple o dia 21 de setembro. (SEI 024.00008/2023-57)

PROC. Nº 0053/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Fevereiro Laranja – Promovendo a Conscientização Para o Diagnóstico Precoce e Tratamento da Leucemia – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de fevereiro. (SEI 024.00009/2023-00)

PROC. Nº 0094/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/23, que concede o título de utilidade pública à Entidade Fundação Tênis. (SEI 118.00254/2023-04)

PROC. Nº 0817/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 070/22, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos da Resolução nº 1.367, de 2 de janeiro de 1998 – que reorganiza os serviços administrativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, alterando a denominação da Seção de Taquigrafia, do Setor de Apanhados Taquigráficos e do Setor de Revisão Taquigráfica para, respectivamente, Seção de Registros de Pronunciamentos e Anais, Setor de

Registros de Pronunciamentos e Setor de Revisão, alterando as atribuições destas unidades, transferindo o Setor de Anais para a Seção de Registros de Pronunciamentos e Anais e revogando a Seção de Atas e a Seção de Anais. (SEI 014.00030/2022-26)

PROC. N° 0018/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/23, de autoria da Ver^a Karen Santos, que revoga a Resolução n° 2.691, de 17 de agosto de 2022 – que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Eduardo Nantes Bolsonaro. (SEI 152.00009/2023-54)

PROC. N° 0868/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO N° 022/22, que inclui o art. 82-B na Lei Complementar n° 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para a concessão do IPTU Sustentável, mediante o cumprimento de critérios de sustentabilidade. (SEI 118.00527/2022-21)

PROC. N° 0097/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 047/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Mauricio Rosseto Biacchi o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Timbaúva – Lot. Portal dos Pinheiros –, localizado no Bairro Pitinga. (SEI 138.00013/2023-37)

PROC. N° 0111/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO N° 005/23, que altera o art. 52-J, os itens VI e VII da tabela IV; inclui o item V-A na tabela IV; e revoga o parágrafo único do art. 52-L, a Tabela V, os subitens *a* a *i* do item VI da Tabela IV e os subitens *a* a *f* do item VI da Tabela IV, todos da Lei Complementar n° 7, de 7 de dezembro de 1973. (Atualização/Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA) (SEI 118.00264/2023-31)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não há inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h13min.)

* * * * *